



UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

MORGANA OLIVEIRA ROCHA DA SILVA

**ERA UMA VEZ NA PRÉ-HISTÓRIA: livros didáticos que contam o passado do
Parque Nacional da Serra da Capivara, Piauí, Brasil.**

SÃO RAIMUNDO NONATO - PI

2024

MORGANA OLIVEIRA ROCHA DA SILVA

**ERA UMA VEZ NA PRÉ-HISTÓRIA: livros didáticos que contam o passado do
Parque Nacional da Serra da Capivara, Piauí, Brasil.**

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF, Campus da Serra da Capivara, São Raimundo Nonato – PI, como requisito para obtenção do título de Mestre em Arqueologia.

Orientadora: Prof.^a Dr^a. Maria Fátima Ribeiro Barbosa.

Coorientador: Prof. Dr. Bruno Vitor de Farias Vieira.

SÃO RAIMUNDO NONATO – PI

2024

Silva, Morgana Oliveira Rocha da

S586e Era uma vez na Pré-História: livros didáticos que contam o passado do Parque Nacional da Serra da Capivara, Piauí, Brasil / Morgana Oliveira Rocha da Silva. – São Raimundo Nonato - PI, 2024.

110 f.: il.

Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Universidade Federal do Vale do São Francisco, Campus Serra da Capivara, São Raimundo Nonato, 2024.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Fátima Ribeiro Barbosa.

Coorientador: Prof. Dr. Bruno Vitor de Farias Vieira.

1. Educação patrimonial. 2. Arqueologia pública. 3. Currículo. I. Barbosa, Maria Fátima Ribeiro. II. Vieira, Bruno Vitor de Farias. III. Título. IV. Universidade Federal do Vale do São Francisco.

CDD 930.1

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA

Defesa Nº 21

Ata da Sessão Pública, de exame de Defesa de Dissertação, como requisito para obtenção do título de Mestre em Arqueologia, Área de Concentração em Arqueologia e Preservação Patrimonial.

Aos vinte e três dias do mês de setembro de dois mil e vinte e três, às 14:30, via plataforma remota Google Meet, reuniu-se a Banca Examinadora designada pelo COLEGIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA, composta pelos membros: Professora Dr^a. Maria Fátima Ribeiro Barbosa (PPArque-UNIVASF) – Orientadora e Presidente da Banca; Coorientador Dr. Bruno Vitor Farias - UNEB; Professora e Dr^a Gisele Daltrini Felice, (PPARQUE – Univasf). Professora Dra. Nívia Paula Dias de Assis (PPArque0 Univasf), e Dra. Marian Helen Rodrigues -ICMBio, com a finalidade de julgar o trabalho da discente MORGANA OLIVEIRA ROCHA DA SILVA, intitulada **“ANÁLISE DO DISCURSO NOS LIVROS DIDÁTICOS: Os livros que contam o passado do Parque Nacional da Serra da Capivara (PIAUI-BRASIL)”**, para obtenção do título de Mestre em Arqueologia. O desenvolvimento das atividades seguiu o roteiro de sessão de Defesa Pública estabelecido pela Presidente da banca, o qual realizou a abertura e posterior condução e encerramento da sessão solene. Após analisarem o trabalho e arguição da discente, os membros da Banca Examinadora deliberaram pela menção EM EXIGÊNCIA com o prazo de 60 dias para entrega do trabalho de dissertação e assim realizar todas as correções elencadas. Contando a partir do dia 23/11/2023, a banca examinadora obedeceu ao prazo de 30 dias para avaliar as modificações exigidas, após análise a discente foi considerada **APROVADA**. Além da mudança de título, que ficou **“ERA UMA VEZ NA PRÉ-HISTÓRIA: Livros didáticos que contam o passado do Parque Nacional da Serra da Capivara, Piauí-Brasil.”**; as outras modificações exigidas e cumpridas foram: *“Recomenda-se descartar a metodologia de análise de discurso e focar o trabalho nas diretrizes educacionais referentes ao ensino de história” e até mesmo naquelas especificamente direcionadas à “Educação Patrimonial”; “sugere-se que somente os livros didáticos utilizados no Território Serra da Capivara, os quais tiveram conteúdos sobre a temática da Arqueologia (e conteúdos afins) identificados, sejam tomados como objeto de análise. No texto não ficaram definidos, de fato, os municípios nos quais a autora atuou (em alguns momentos ela fala que são 03: São Raimundo Nonato, Coronel José Dias e João Costa; em outros, menciona que está analisando apenas os dois primeiros).”; “sugere-se que o trabalho trate no máximo de 02 municípios e 02 escolas - “Uma escola pertencente a cada município”; Sobre a Arqueologia Pública, compreende-se que para a mesma fazer sentido dentro da pesquisa apresentada é necessário destacar as ações e proposições que já foram realizadas por outros profissionais (pesquisadores e docentes) na região estudada. Afinal de contas, um professor que apenas utiliza um livro didático com algum conteúdo de Arqueologia não está necessariamente realizando “Arqueologia Pública”. Com isso, MORGANA OLIVEIRA ROCHA DA SILVA está habilitada a receber o título de Mestre em Arqueologia, na Área de Concentração em Arqueologia e Preservação Patrimonial, conforme o regimento interno do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da UNIVASF. A discente apresentou o trabalho em sua redação definitiva, obtendo assim o direito de expedição do Diploma. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ATA que vai assinada pelos membros da Banca Examinadora.*

São Raimundo Nonato-PI, 23 de dezembro de 2023.

Membros da Banca	Assinaturas
Dr ^a . Maria Fátima Ribeiro Barbosa – Orientadora PPARq – Univasf	 Documento assinado digitalmente MARIA FATIMA RIBEIRO BARBOSA Data: 23/01/2024 10:28:41-0300 Verifique em https://validar.j6.gov.br
Dr. Bruno Vitor de Farias Vieira – Coorientador – UNEB	 Documento assinado digitalmente BRUNO VITOR DE FARIAS VIEIRA Data: 19/01/2024 13:25:10-0300 Verifique em https://validar.j6.gov.br
Dr ^a . Gisele Daltrini Felice (PParque – Univasf)	 Documento assinado digitalmente GISELE DALTRINI FELICE Data: 22/01/2024 20:32:55-0300 Verifique em https://validar.j6.gov.br
Dr ^a . Nivia Paula Dias de Assis (PParque – Univasf)	 Documento assinado digitalmente NIVIA PAULA DIAS DE ASSIS Data: 19/01/2024 13:05:38-0300 Verifique em https://validar.j6.gov.br
Dr ^a . Marian Helen da Silva Gomes Rodrigues (ICMBio)	 Documento assinado digitalmente MARIAN HELEN DA SILVA GOMES RODRIGUES Data: 23/01/2024 09:08:40-0300 Verifique em https://validar.j6.gov.br

*Participação a distância – síncrona remota

AGRADECIMENTOS

Escrever uma dissertação de mestrado requer algumas qualidades. Acredito que a primeira destas qualidades seja “coragem”; qualquer pessoa que se dedique a escrever algo que o outro irá ler, está a mostrar um pouco de si para alguém e um pouco do que se passa no seu pensamento e imaginário. Entretanto, para mim, autora da presente dissertação, não imagino e nem penso que escrevo somente como um ser individual, pois me vejo como um ser que faz parte de um coletivo, de uma sociedade que me torna um ser humano todos os dias.

Nesta construção, antes de tudo, há duas pessoas que quero agradecer, por me ajudarem como um ser consciente na minha experiência terrena: minha mãe, Vanda Josélia Oliveira Costa, e meu pai, Nilo Rocha da Silva, que através de sua união me tornaram “Morgana Oliveira Rocha da Silva”, filha de uma costureira que migrou do Piauí para o Rio de Janeiro onde conheceu um garçom (relação desta que sou fruto). À minha mãe devo minha saúde, através de muitas preces à Deus, muito cuidado, conseguiu me livrar de todas as situações que um filho pode estar sujeito, me viu crescer, ter problemas de saúde, perder noites, e “morreu” de felicidade ao me ver recuperar. Ao meu pai agradeço, sobretudo, por ter me mostrado que o estudo mudaria minha vida. Ele investiu em minha educação, trabalhando dia e noite para pagar as melhores escolas, os melhores cursos de inglês, bem como me ensinou que na vida nós temos que lutar para não nos tornarmos dependentes, mesmo vivendo em sociedade.

Agradeço a todo o corpo docente da Arqueologia da UNIVASF. Agradeço à Profa. Dra. Vanessa Linke, minha primeira orientadora no PPArque. Aos coordenadores do PPArque durante minha passagem pela pós, Prof. Dr. Rodrigo Lessa Costa e Prof. Dr. Leandro Elias Mageste. Faço um agradecimento especial ao professor Leandro Mageste por todas as horas de compreensão e escuta quando tive dificuldade em desenvolver a pesquisa, ou compreender o sistema acadêmico. Agradeço imensamente à Profa. Dra. Maria Fátima Barbosa, que com sua gentileza e generosidade aceitou ser minha orientadora, e nunca me deixou desistir, sempre acreditou no meu potencial, tendo me oferecido ajuda e me incentivado a continuar quando pensei que não conseguiria suprir as necessidades de um programa de pós e me ajudado em todos os detalhes, desde telefonemas, reuniões, visitas de campo e conselhos. Agradeço também ao meu coorientador, Prof. Dr. Bruno Vitor Vieira, por

mesmo a distância ter aceitado fazer parte desta jornada intelectual, contribuindo significativamente com os conceitos de Arqueologia, nos livros indicados, textos, no tempo disposto à análise dos conteúdos, bem como a disponibilidade em ajudar.

Agradeço à Prof. Dra. Gisele Daltrini Felice que em seu vasto conhecimento, soube como pontuar e observar o quanto é necessário um pesquisador ser modesto, objetivo e entender que se escreve para o outro, à Prof. Dra. Nívia Paula de Assis que entende a necessidade de que uma pesquisa seja comprometida com a qualidade de um programa de pós-graduação, com comprometimento ético e considerando suas normas e parâmetros e à Dra. Marian Helen Rodrigues, que através de sua vivência em Coronel José Dias, foi capaz de perceber de forma leve o quanto essa comunidade tem para contribuir para uma vida cidadã. Agradeço imensamente à todas que aceitaram de bom grado avaliar e contribuir intelectualmente para o desenvolvimento de minha pesquisa, dando sentido à noção acadêmica de divulgação do conhecimento.

Agradeço também ao meu querido e fraterno amigo Prof. Jorge Luis P. Oliveira-Costa, a pessoa que mais me incentivou e apoiou a cursar o curso de pós-graduação, me oferecendo ajuda e apoio no período inicial da seleção de Mestrado do PPArque, ainda que vivendo em outro continente, tendo se mostrado uma pessoa comprometida com o sentido maior da educação pública de qualidade: compartilhar o conhecimento adquirido.

Agradeço à minha tia Auristela Coelho, meu tio Nivaldo Coelho (mais conhecido como “seu Nivaldo”), e à minha tia Carmelita Oliveira (*in memoriam*), que formam a família que mais convivi no Piauí. Na casa destas pessoas passei grande parte do meu tempo, ouvi as conversas sobre a Serra da Capivara, e tive a oportunidade de conhecer melhor algumas coisas da vida. A dona Carmelita, que já partiu, devo meu amor como segunda mãe, lembro de todas as nossas conversas e conselhos de ‘mãe’ (se ela estivesse aqui com certeza iria advertir sobre o que devo ou não fazer). Agradeço também à minha tia Luiza Oliveira e meu tio Roberto por serem tão presentes em minha vida.

Agradeço também a toda equipe da ‘Cerâmica Serra da Capivara’, em especial, à dona Girleide Oliveira, que muitas vezes permitiu que pudesse estudar em seu estabelecimento. Agradeço à Regiane do Santo Miranda por todas as vezes que se disponibilizou a ouvir minhas demandas emocionais e me ajudou a compreender que ‘passado era passado’ (logo eu que sou historiadora!). Agradeço

também ao José Paes Landim Junior, que se tornou um grande amigo, e me fez ver que, por mais difícil que a vida seja, ela vale a pena ser vivida quando temos fé. Agradeço também à Andréia Gama de Oliveira que sempre teve muito carinho comigo, se tornando uma grande amiga e conselheira, e ao seu esposo Antônio Gama de Oliveira, grande artesão e amigo. Com grande carinho e admiração, agradeço algumas instituições de São Raimundo Nonato onde lecionei como professora, como o Colégio Nossa Senhora das Mercês, minha primeira casa como professora de Língua Inglesa, onde tive o prazer de trabalhar com profissionais como a psicopedagoga Kerla Rocha e toda a equipe da instituição. Agradeço ao Senac de São Raimundo Nonato, onde tenho lecionado cursos de língua inglesa, e ao Colégio Peniel que me recebeu quando do meu retorno à cidade. Através destas instituições me torno o que me move como pessoa e profissional: ser professora.

Agradeço também à todas as escolas públicas em que tive a felicidade, acima de tudo, em ser professora, Centro de Educação em Tempo Integral, CETI EDITH NOBRE e Colégio Estadual José Leandro. Aqui pude me recordar da minha origem em sala de aula, onde a educação pública me fez professora, foi no chão da escola pública que encontrei a vontade de ser professora e lá que me senti mais acolhida.

Gostaria de lembrar da Tia Rosa, que cuida de mim no cotidiano e me recebeu em seu lar para que eu pudesse ter local para me estabelecer profissionalmente; nossa convivência é recheada de risadas e momentos de diálogos.

Agradeço também à força que nós humanos chamamos de 'Deus', força que me move, rege e me guia, e a qual acredito ser o que me faz estar sã e capaz.

"O sertanejo é, antes de tudo, um forte".
CUNHA, Euclides (1866-1909).

"Eu sou porque nós somos".
Filosofia Ubuntu

"Ao meu passado, eu devo o meu saber e a minha ignorância, as minhas necessidades, as minhas relações, a minha cultura e o meu corpo. que espaço meu passado deixa pra minha liberdade hoje? não sou escrava dele!".
LEE, Rita. COR: Amarelo, azul e branco.
Anavítória: 2021.

RESUMO

O trabalho tem como objetivo conhecer a relação entre a Arqueologia e os livros didáticos, bem como documentos e materiais pedagógicos utilizados nas escolas do Ensino Fundamental, de dois municípios do entorno do Parque Nacional da Serra da Capivara e pertencentes ao Território de Desenvolvimento Serra da Capivara que são: Coronel José Dias e São Raimundo Nonato. Como objetivo específico, buscou-se compreender de que forma os livros e materiais didáticos tratam aspectos da Educação Patrimonial em seus textos, associados, sobretudo, a conteúdos arqueológicos e temas sobre a cultura local. Desse modo, conceitos como 'Arqueologia Pública' e 'Educação Patrimonial' são discutidos sob o enfoque da análise qualitativa de dados. Assim, a presente dissertação considera a relação entre identidade, cidadania e patrimônio associados a história regional e o seu caráter educativo, destacando a importância dos livros didáticos na formação do estudante e no sentido de uma educação reflexiva que leve a comunidade estudantil a conhecer sua ancestralidade, gerando o sentimento de identidade e pertencimento.

Palavras-chave: educação patrimonial; educação pública; arqueologia pública; identidade; território de desenvolvimento Serra da Capivara.

ABSTRACT

The work aims to know the relationship between Archaeology and textbooks, as well as documents and pedagogical materials used in elementary schools, in two municipalities around the Serra da Capivara National Park and belonging to the Serra da Capivara Development Territory, which are: Coronel José Dias and São Raimundo Nonato. As a specific objective, we sought to understand how books and didactic materials deal with aspects of Heritage Education in their texts, associated, above all, with archaeological content and themes about local culture. Thus, concepts such as 'Public Archaeology' and 'Heritage Education' are discussed under the focus of qualitative data analysis. Thus, this dissertation considers the relationship between identity, citizenship and heritage associated with regional history and its educational character, highlighting the importance of textbooks in the formation of the student and in the sense of a reflective education that leads the student community to know their ancestry, generating the feeling of identity and belonging.

Keywords: heritage education; public education; public archaeology; identity; Serra da Capivara development territory.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Jogo educativo elaborado pelo IPHAN sobre a Serra da Capivara.	27
Figura 2- Capa da cartilha sobre o Patrimônio elaborada pelo IPHAN.	30
Figura 3- Página referente ao patrimônio.	30
Figura 4- Atividades de Arqueologia Pública na Comunidade Lagoa de São Vitor I.	31
Figura 5- Atividades de Arqueologia Pública na Comunidade Lagoa de São Vitor II.	32
Figura 6- Atividades de Arqueologia Pública na Comunidade Lagoa de São Vitor III.	32
Figura 7- Atividades de Arqueologia Pública na Comunidade Lagoa de São Vitor IV.	33
Figura 8- Pôster de divulgação sobre o dia dos pais no Instituto Olho D'água, onde se trabalha a questão das gerações no território Serra da Capivara.	35
Figura 9- Atividade “Relembrar para nunca esquecer” realizada no IODA, com a cartilha produzida pelo IPHAN sobre o PARNA.	36
Figura 10- Estrutura arquitetônica dos NAC's.	38
Figura 11- Maniçobeiros moradores dos sítios (São Raimundo Nonato – PI).	51
Figura 12- Localização do Parque Nacional da Serra da Capivara.	52
Figura 13- Quadrilátero Cultural no Colégio Edith Nobre.	55
Figura 14- Sala decorada com os elementos do Piauí.	55
Figura 15- Cortina decorada com grafismos do Parque Nacional da Serra da Capivara.	56
Figura 16- Capa do livro “História do Piauí”.	58
Figura 17- Capa do livro “História do Piauí”.	61
Figura 18- Grafismo rupestre no livro didático.	62
Figura 19- Trabalho do Arqueólogo.	63
Figura 20- Figura referente ao trabalho do arqueólogo.	64
Figura 21- Mapa do Piauí.	65
Figura 22- Grafismos Rupestres na Toca do Nilson do B. da Pedra Solta.	66
Figura 23- Página referente ao PARNA.	67
Figura 24- A arqueóloga Niéde Guidon.	68
Figura 25- Conteúdo previsto para a História do sexto ano do fundamental.	74
Figura 26- Introdução da unidade.	75

Figura 27- Imagem do Parque Nacional Serra da Capivara.	76
Figura 28- Página do livro referente à datação histórica.	78
Figura 29- Página que compara Lascaux e o PARNA.	79
Figura 30- Capa do livro “ABCDARQUEOLOGIA”.	84
Figura 31- Apresentação da palavra Arqueologia.	85

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AP – Arqueologia Pública
- EP – Educação Patrimonial
- FUMDHAM – Fundação Museu do Homem Americano
- ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
- LDB – Lei de Diretrizes e Bases
- MMA – Ministério do Meio Ambiente
- NACs – Núcleo de Apoio à comunidade
- PARNA – Parque Nacional da Serra da Capivara
- PNSC – Parque Nacional Serra da Capivara
- PPP – Plano Político Pedagógico
- Pro-arte – Programa Pro-Arte Fumdam
- SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação
- UICN - União Internacional para a Conservação da Natureza

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	ARQUEOLOGIA PÚBLICA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO TERRITÓRIO SERRA DA CAPIVARA	19
2.1	ARQUEOLOGIA PÚBLICA.....	19
2.2	EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	22
2.3	EXEMPLOS CONCRETOS NA REGIÃO	25
3	ESTRUTURA CURRICULAR PARA O ENSINO DE HISTÓRIA	40
3.1	PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS	42
3.2	DIRETRIZES E BASES NACIONAIS.....	44
3.3	CURRÍCULO DO PIAUÍ.....	46
4	CURRICULARIZAÇÃO DA HISTÓRIA DA SERRA DA CAPIVARA	48
4.1	MUNICÍPIO DE SÃO RAIMUNDO NONATO	49
4.1.1	Equipamentos do município	52
4.1.2	Projeto político pedagógico: Centro de Educação de Tempo Integral-Edith Nobre.....	53
4.1.3	Os livros didáticos	57
4.2	MUNICÍPIO DE CORONEL JOSÉ DIAS.....	70
4.1.4	Equipamentos do município	70
4.1.5	Projeto Político Pedagógico: Unidade Escolar Raquel de Oliveira.....	72
4.1.6	Os livros didáticos	73
4.3	OS LIVROS QUE CONTAM O PASSADO DA SERRA DA CAPIVARA.....	80
4.4	MUNICÍPIO DE SÃO RAIMUNDO NONATO	86
4.5	MUNICÍPIO DE CORONEL JOSÉ DIAS.....	87
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	89
	REFERÊNCIAS	91

1 INTRODUÇÃO

Educação, Arqueologia e Patrimônio podem ser considerados conceitos, mas por trás disso, há sempre ideias, pensamentos, aspirações e expectativas. A presente pesquisa envolve tanto essas ideias, quanto a dimensão de que o livro didático em seu processo educativo é capaz de gerar valores e dialogar com outros campos do conhecimento, sendo um potencial formador de cidadania, sendo utilizado por pessoas que instiguem o aluno a compreender como a vivência local os conteúdos relacionados a existência humana são importantes para as nossas relações coletivas e a nosso entendimento do que é viver em sociedade. Além disso, cada trabalho que se faz é único, porque cada indivíduo que escreve possui seu pensamento individual e sua dimensão criativa.

O Parque Nacional da Serra da Capivara – PI é considerado, neste trabalho, no contexto de dois municípios: São Raimundo Nonato e Coronel José Dias, cidades essas que contemplam a beleza natural e cultural desse patrimônio mundial, que envolve tanto aspectos da natureza como aspectos relacionados à presença humana pretérita e seu desenvolvimento cultural ao longo do tempo. Portanto, esse tema instiga, com questões que nos fazem refletir de onde viemos, quais são nossos antepassados, quem são os seres que trilharam o caminho antes de nós para que hoje vivêssemos em um mundo envolto de tecnologia e de questionamentos filosóficos. Considerando também como os espaços educativos se relacionam com o tema e de que forma a Educação Patrimonial e a Arqueologia Pública fazem parte desses locais de aprendizado.

Busca-se compreender a relação entre a Educação e a Arqueologia para, através de práticas pedagógicas de Educação Patrimonial, informar e interagir com a comunidade, desenvolvendo um sentido de pertencimento em relação aos povos que viveram nesta região. A noção de um trabalho voltado para esse campo, associado a uma visão que considere a sociedade, pode apresentar sentido para a coletividade e nos faz compreender a nossa identidade como seres humanos e como parte de um grupo, que têm origem em um passado comum, em que as artes nos constituem como ser histórico-cultural.

O livro didático é uma ferramenta utilizada no cotidiano escolar, e são instrumentos de divulgação do conteúdo arqueológico, bem como potenciais formas de se trabalhar e implementar a noção de patrimônio. Portanto, entende-se que

pesquisar o conteúdo da Arqueologia nos livros didáticos e nos conteúdos de História Local, com referência ao Parque Nacional da Serra da Capivara, doravante denominado PARNA, é possível compreender a relação entre: Educação, Arqueologia e seus desdobramentos como Arqueologia Pública e Educação Patrimonial, trabalhadas na dimensão do que é regional.

Pesquisar um Patrimônio Mundial como o PARNA da Serra da Capivara, e perceber os frutos das pesquisas arqueológicas concretizado nos livros didáticos, possibilita compreender a dimensão geradora de identidade, e como a história regional é capaz de promover cidadania e valores para aqueles que vivem nesse cenário. Além disso, considerar também espaços não-formais que contribuem nesse sentido. Através da pesquisa, foi possível compreender que, não só os ambientes formais, como as escolas e todos os elementos que fazem parte dela são constituidores de uma prática educativa, como também, as ONG's, as instituições relacionadas ao meio ambiente e todas aquelas que se preocupam com o desenvolvimento social são capazes de gerar valores e saberes ao que vivenciam essas práticas.

Foi possível compreender que os livros são grandes aliados do conhecimento acadêmico, e de áreas como a Arqueologia, no sentido de que exploram temas sobre o Parque e apresentam a pessoas em fase de aprendizagem um conteúdo relacionado à sua vivência e origem, sendo importantes tanto para a população dos municípios estudados, quanto para todas as pessoas que questionam sobre a origem da humanidade. Dessa forma, a pesquisa contemplou a análise dos livros didáticos e a relação que a educação pode ter com a vivência dos povos originários.

A estrutura da dissertação é organizada em cinco capítulos. O capítulo dois aborda questões conceituais, levando em conta como a Arqueologia Pública e a Educação Patrimonial se constituíram no universo acadêmico, através de pesquisas e do desenvolvimento delas como um campo do conhecimento. Através do trabalho, busca-se, no mesmo capítulo apresentar ao leitor os exemplos concretos sobre Educação Patrimonial e Arqueologia Pública na região, onde se considera tanto experiências pedagógicas como a cartilha de Educação Patrimonial elaborada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e divulgada e aplicada nas escolas da região, como forma de contribuição ao trabalho acerca da memória e da identidade. Dessa forma, são considerados também trabalhos científicos que resultam da atuação das instituições de pesquisa como a Fundação Museu do Homem

Americano – FUMDHAM, que percebendo a dimensão dos achados arqueológicos, investe na educação de crianças e jovens, implantando experiências pedagógicas como os Núcleos de Apoio às Comunidades (NAC's), e o Programa Pro-Arte Fumdhham, com conteúdos de educação patrimonial.

Em decorrência das pesquisas arqueológicas, foi pensada pela FUMDHAM a possibilidade de criação do curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial na UNIVASF que se concretizou em 2004 e teve suas primeiras turmas alojadas nas dependências do Museu do Homem Americano - FUMDHAM. Mais tarde, outras instituições e ONG's fazem um trabalho de relevância nesse contexto, como o Instituto Olho D'Água, uma iniciativa local, elaborada por moradores e para moradores de Coronel José Dias, que consideram a realidade local.

No capítulo três foi analisada a documentação referente ao tema, compreendendo os instrumentos legais que regem a educação, bem como sua relação com a regionalidade e o patrimônio que formam a Estrutura Curricular para o Ensino de História, por ser a disciplina que mais contempla a dimensão da memória e patrimônio e ser também necessário compreender suas normas de funcionamento. Face a isso, há também a análise dos Parâmetros Curriculares Nacionais, Base Nacional Comum Curricular, Diretrizes Curriculares Nacionais e Bases Nacionais e o Currículo do Piauí, buscando compreender como a legislação sobre o tema, e suas orientações institucionais são capazes de direcionar e nortear as atividades pedagógicas sobre a área.

No capítulo quatro há uma breve análise sobre a história do Parque Nacional da Serra da Capivara, bem como parte dos municípios pertencentes a esse território: São Raimundo e Coronel José Dias, onde são apresentados os equipamentos culturais e pedagógicos dos municípios, bem como documentos internos: o Plano Político Pedagógico e os livros didáticos utilizados nas escolas, com a intenção de compreender a forma que esses trabalhos são realizados nas cidades. No sentido de entender como os mesmos contribuem para o desenvolvimento de uma noção cidadã e de valorização da comunidade e vivência local.

Por fim, as considerações finais, levando em conta que a constituição do trabalho é permeada pelo sentido pedagógico, esse é uma tentativa de contribuir para a compreensão do tema e incentivar pesquisas que relacionem a noção de educação com o campo da Arqueologia, a fim de apresentar forte relação, atribuindo também a conceitos como Arqueologia Pública e Educação Patrimonial. Dessa forma, entende-

se que a ideia é que haja o incentivo às pesquisas relacionadas à educação sobre o Território Serra da Capivara e se valorize a dimensão da Educação Patrimonial.

2 ARQUEOLOGIA PÚBLICA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO TERRITÓRIO SERRA DA CAPIVARA

2.1 ARQUEOLOGIA PÚBLICA

O termo “Arqueologia Pública” é apresentado na literatura do tema comotítulo da obra de Charles McGimsey III, na década de 1970, no contexto norte- americano. O cenário em que nasce o conceito, tinha como caracterização um contexto de vandalismo e o comércio ilícito de artefatos arqueológicos, dos quais as questões apontadas se voltam para a administração pública, relacionadas tanto aos recursos culturais quanto sociais da disciplina. Há, portanto nesse contexto, uma construção do termo associada a uma noção de críticas sociais e os olhares voltados para a sociedade (McGimsey *apud* Fernandes, 1972, p. 3).

A ideia de público, considera principalmente o reconhecimento do papel social da pesquisa científica, a partir da premissa de que é necessário divulgar o conhecimento, fora de um nicho, atribuindo à mesma um papel social e profissional, que precisa refletir para além do que é a teoria e metodologia (Fernandes, 2003, p. 6). Há um espaço para a conexão da ciência arqueológica com as ciências e a sociedade, o que significa que a Arqueologia, como uma Ciência Humana e Social, tem comprometimento com a formação de sujeitos históricos e atores sociais. Diante disso, apresenta um compromisso com a formação de sujeitos históricos e atores sociais, que apresentem consciência do mundo em que vivem. Nasce, então, uma Arqueologia Pública que repensa o papel da própria Arqueologia e sua relação com o meio, que apresenta críticas às ciências sociais, com um viés atento as suas demandas (Fernandes, 2003, p. 3).

Ao levar em conta o termo: Arqueologia Pública (AP), Funari e Carvalho (2007, p. 133) afirmam que:

o nome é composto por uma redundância intencional. Isso porque para um grande número de defensores da mesma, toda Arqueologia, independentemente de seu recorte temático ou escolhas teórico metodológicas, deveria ser, em essência, pública e, nesse viés, encontramos a primeira dificuldade: como definir o que é o público.

A obra “Public Archaeology” (1972), escrita pelo arqueólogo norte- americano Charles Robert McGimsey, que em seu histórico como professor de Antropologia da Universidade da Lousiana, seria, portanto, um marco na inauguração deste novo

campo da Arqueologia (Merriman *apud* Funari; Carvalho, 2007, p. 134). Para o autor, a Arqueologia Pública doravante denominada: AP é uma área de pesquisa em arqueologia voltada para o interesse público em geral, onde existem diversas vertentes de teorias e práticas dentro desse campo, o “motor” dessas discussões seria, como as pesquisas, que dentro da academia se relacionam com as demandas da sociedade.

No Brasil, o histórico do conceito está associado à redemocratização política do país, nos anos 80, em que se consolida a Arqueologia Pública. Somente um contexto sem censuras e um estado sem imposição de violência, os pesquisadores conseguiriam se comunicar e desenvolver práticas pedagógicas com um pensamento “livre” de imposições ditatoriais e em que se teria a liberdade de compartilhar e divulgar uma pesquisa livre de censuras (Carvalho; Funari, 2008, p. 1123) Nesse processo, os pesquisadores tiveram mais autonomia para trabalhar e refletir sobre os temas e para publicá-los. Como exemplo de Educação Patrimonial (EP) no Brasil, tem-se o trabalho de Raimundo Lopes, arqueólogo maranhense, que publicou estudos sobre fontes culturais nacionais, em suas observações aborda a necessidade de se elaborar programas educativos que divulguem as informações sobre sítios arqueológicos (Bastos; Funari *apud* Carvalho; Funari, 2008, p. 1128).

Sobre o histórico de orientações do tema, o Comitê Internacional para a Gestão do Patrimônio Arqueológico (ICAHM – ICOMOS), publica documentos, como a Carta de Proteção e Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico, que fornece orientações para os profissionais das áreas, oferecendo diretrizes e parâmetros para a proteção específica dos vestígios arqueológicos que são considerados patrimônio (Funari; Carvalho, 2007, p. 137). Há portanto, a definição para o que é o patrimônio arqueológico, de forma ampla e também definições sobre o que hoje denominamos como Arqueologia Pública, onde o texto afirma que a proteção desse patrimônio deve ser uma obrigação moral e de responsabilidade coletiva (Funari; Carvalho *apud* ICAHM, 1990), seria o Estado e a sociedade responsáveis portanto pela proteção do mesmo.

Na Carta de Laussane, o patrimônio arqueológico é “um testemunho essencial sobre as atividades humanas do passado” (IPHAN, 1990, p. 1). O documento da carta também considera que os esforços para preservação do patrimônio arqueológico não são somente do arqueólogo, mas deve envolver uma colaboração efetiva entre especialistas de diferentes disciplinas, órgãos públicos, pesquisadores, empresas privadas e o grande público. Sendo necessário também a imersão nas tradições vivas

das populações, que devem ter a participação para sua proteção e conservação.

Portanto, na noção AP Democrática, há a finalidade de que é preciso construir junto às comunidades o conceito de patrimônio e de bem público, no qual se compreende que o mesmo, deve então, fazer sentido para as pessoas, somente assim será possível alcançar uma preservação dos bens patrimoniais. Para tanto a Arqueologia Pública tem como intuito também uma forma de nova valorização do que há fora da universidade, nesse sentido a comunidade faz parte do diálogo e compõem o contexto universitário. Há então uma questão social que considera os povos subjugados a entrarem no cenário acadêmico e não somente os acadêmicos e estudiosos a serem responsáveis pela construção do conhecimento, construindo uma relação com as pessoas da comunidade (Funari; Tega, 2015, p. 52)

Partindo desse princípio, percebe-se que um dos papéis a prática é a criação de interações e diálogos com a sociedade. Pois, a premissa não é desenvolver pesquisas para a sociedade, mas, sim com a sociedade. Essas palavras mudam todo o sentido da atividade do pesquisador e sua relação com o social, visto que mudam a forma como ele se relaciona com a comunidade, que sai do lugar de passividade, onde recebe conteúdo e conhecimento e passa a ser protagonista desse processo em que a pesquisa é desenvolvida consigo. Dessa forma, as pessoas se tornam parte disso, com direito à voz e inseridas no processo, que significa protagonismo, identidade e pertencimento, ou seja, quando eu faço, me insiro e me incluo a algo. Por isso, o papel do Arqueólogo e da comunidade é alterador, visto que ele não educaria unilateralmente à comunidade, isto, é, ele aprenderia com ela, a comunidade não seria informante ela faria parte desse processo (Funari; Campos; Rodrigues, 2005).

A Arqueologia Pública não é simplesmente uma mostra de sensibilidade com respeito à sociedade que paga nossas pesquisas, segundo Funari (2015, p.15):

O feito da Arqueologia pública, implica uma ampliação dos sujeitos da História e, conseqüentemente, a irrupção dos subalternos termos de igualdade com as classes privilegiadas. Não é simplesmente uma questão de “representação” de apresentar a eles no lugar de eles se apresentarem a si mesmos, mas, outra vez, que eles tomem a palavra e enriqueçam o discurso da Arqueologia e do patrimônio, com novas questões, ideias e sensibilidades. Também com novos problemas aos quais é preciso dar respostas.

A Arqueologia Pública, no presente trabalho se insere com a dimensão da divulgação e disseminação e interpretação de questões arqueológicas, considerando o desenvolvimento que esse campo tem nos ensinamentos formais da comunidade. Ela tem

a função de utilitária para as pessoas, comunidades e sociedades. A Educação Patrimonial, portanto, colabora com a noção de AP, no sentido de compreender a esfera de que as pessoas e comunidade fazem parte desse bem.

Entende-se que a Arqueologia Pública não é simplesmente a sensibilidade, é um investimento para o futuro e a educação patrimonial associada à mesma é imprescindível para a sobrevivência de ambos, considerando a criação de uma audiência que tenha como demanda o patrimônio. Para Funari (2015, p. 13 e 14) além desses aspectos, a Arqueologia e o Patrimônio demonstram que o passado está vivo da mesma forma que o presente, e sua associação com a AP, representa um transbordamento dos limites da escavação e das paredes do museu. A noção de que a Arqueologia está presente também nos livros didáticos, tem como dimensão o papel da publicidade no sentido de que leva os estudantes a conhecerem esse campo do conhecimento. Relacionada ao patrimônio, a pesquisa busca entender temas regionais, associados à noção de cidadania e desenvolvimento de uma identidade.

2.2 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

A introdução da Educação Patrimonial doravante denominada (EP) costuma ser datada nos anos 1980, mas os genes dessa prática já se encontravam presentes no Brasil em um período anterior. A EP não pode ser assumida na perspectiva de conscientização da população, onde se deve levar a luz do conhecimento ao outro, que é muito propagada por educadores e técnicos do campo do patrimônio, revela, portanto, uma violência simbólica ante as comunidades (Silveira; Bezerra, 2007). Para que se evite essa forma de violência simbólica, é importante pensar em uma Arqueologia que seja construída coletivamente, em que não haja somente a interpretação do arqueólogo¹. O papel do arqueólogo ou do profissional não é simplesmente “ensinar” ou transpor um conhecimento à comunidade, é fazê-la parte desse processo de conhecimento e dialogar com essa. Repensando também uma noção hierárquica do conhecimento.

A noção de Educação Patrimonial é concebida também a partir da captação de referências culturais. Por isso, ao trabalhar o conceito, leva-se em conta a noção tanto

¹ A noção de arqueologia colaborativa, defende um compartilhamento equiparado do passado entre cientistas e membros das comunidades (Colwell; Lopes, 2020, p. 41).

de educação quanto de patrimônio, que se institui de forma indissociável entre os dois, sendo, portanto, redundante falar em Educação Patrimonial. A redundância do termo também é entendimento do museólogo Mário Chagas, para quem “educação e patrimônio são práticas socialmente adjetivadas” (Chagas, 2013, p. 27).

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) assumiu a tarefa de introduzir e divulgar no Brasil a chamada Educação Patrimonial. Chagas (2013) alerta a tentativa de se estabelecer um marco zero para a Educação Patrimonial, sendo 1983 o ano, e Petrópolis, no Rio de Janeiro, o local. Ou seja, a relação entre educação e patrimônio está presente nos museus desde longa data, vindo desde práticas museológicas do século XIX. Por isso a importância de não conceber a Educação Patrimonial como a conscientização do outro, pois, novamente recorrendo a Silveira e Bezerra, “as perspectivas conscientizadoras desconsideram a visão de mundo dos envolvidos com o processo de conservação patrimonial, tendendo a tomá-los como pessoas que necessitam da luz do conhecimento para aclarar suas consciências obtusas” (Silveira; Bezerra, 2007, p. 87), que seria uma lógica “colonizadora” do conhecimento, em que um detentor de um saber deveria levar ao outro.

Dada a tradição da pesquisa científica, que marca a trajetória da Arqueologia Brasileira, temas como a divulgação deste campo e sua promoção junto ao público leigo foram, por muitas décadas, negligenciados pelos arqueólogos. Há então uma sintonia entre esses investimentos e as políticas do IPHAN que se referem as políticas de investimentos.

Uma das premissas conceituais da Educação Patrimonial adotada atualmente pelo IPHAN é conceber o patrimônio cultural como um campo de conflito (Florêncio *et al.*, 2014). Isso implica que as práticas educativas devem levar em conta a sua dimensão política, considerando que a memória e o esquecimento são produtos sociais, quando ao se recordar e lembrar de algo, se esquece ou apaga outras memórias.

A Educação Patrimonial como um processo transversal, componente essencial presente em todos os momentos da preservação e valorização do patrimônio cultural, é crucial para ultrapassar o entendimento de que ela seria uma atividade final, quase sempre concebida como estratégia pós- patrimonialização para a resolução de conflitos locais (Florêncio *et al.*, 2014, p. 27). Nesse sentido, o IPHAN entende que os diferentes contextos culturais em que as pessoas vivem também são considerados

como contextos educativos importantes para a formação do sujeito e para seus modos de ser e estar no mundo.

O Parque Nacional da Serra da Capivara é um dos contextos em que as pessoas participam como sujeitos ativos de sua constituição como bem patrimonial, que através disso é capaz de gerar naqueles que participam e que fazem parte, a noção de identidade, a mesma que só é resgatada e trabalhada através da memória e dos trabalhos educativos, que realizados dentro desse cenário, são capazes de trazer aos moradores do local e aqueles que fazem parte dessa vivência a noção de pertencimento e consciência de proteção ao bem. Não somente somos expectadores, ou pessoas que necessitam de um profissional para conhecer sua história, mas sim como agentes ativos que são capazes tanto de compreender, contar e construir sua trajetória.

A partir da célebre e difundida frase de Aloísio Magalhães (1997, p. 190) “A comunidade é a melhor guardiã do patrimônio. [...] Só se protege o que se ama, só se ama o que se conhece”, propagou-se a máxima de que é preciso conhecer para preservar, e também, ao levar em conta que o patrimônio cultural está inserido no espaço de vida das pessoas, a sua construção e conformação devem considerar as referências culturais e os diferentes saberes existentes nas comunidades onde esse patrimônio está inserido.

A Educação Patrimonial também é vista como um processo dialógico de mediação entre bens culturais e sociedade. No Brasil, passou-se a pensar nisso oficialmente a partir de meados de 1980, após a realização de um seminário ocorrido em Petrópolis (RJ), no Museu Imperial, sobre o uso educacional dos museus e monumentos (Horta, 1991; Tamanini, 1994) Sendo assim, a educação não limita à espaços formais e tradicionais de conhecimento como a escola, expandindo-se tanto à museus como à ONG's.

A educação é capaz de trazer ao estudante diversas questões, dentre elas a capacidade de autoidentificação com seu entorno, com as pessoas e comunidade em que vive, é daí que surge o sentimento de pertencimento. Através de seu encontro com o outro na comunidade escolar que se constitui a alteridade², encontrando o

² A alteridade consiste ainda na capacidade de enxergar o outro como um indivíduo dotado de histórias, vivências e subjetividade e, não apenas, como um "sujeito", sem humanidade. Trata-se ainda de reconhecer pessoas que possuem culturas distintas, com suas próprias formas de encarar e viver o mundo. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/noticias/o-que-e-alteridade>. Acesso em: 05 nov. 2023.

outro, é possível então compreender quem sou eu. Ou seja, somente vivendo em comunidade se pode ter dimensão de quem nós mesmos somos, pois a vida em comunidade é de grande importância para que o ser constitua seu eu face ao outro. Sendo assim, se compreende que a educação se faz em sociedade, levando o indivíduo a associar seu conhecimento a partir da experiência coletiva. Desta forma, têm-se por entendimento sua constituição de vida compreendendo essa relação.

No geral, para a Arqueologia, todo objeto é antes de tudo um produto humano, sua forma seria, seu contorno, sua concepção. São, portanto, resultado de um conjunto de escolhas que são feitas pelo indivíduo, através de uma ideia pré-concebida do que se pretende fazer. O conhecimento arqueológico deve ser compartilhado, assim como um artesão transmite para seu filho, portanto parte de modelos já consagrados, decorre disso portanto um aspecto primordial com a noção de mudança cultural, que evoluem no tempo e no espaço, a cultura material é, portanto, relacionada à variação cultural (Beber, 2015, p. 262).

Isso pode soar um pouco romântico no sentido de que a comunidade parece estar em uma fase muito valorizada e que sua função nos trabalhos acadêmicos seria totalmente alterada, mas isso traz um novo sentido ao fazer acadêmico e a comunidade que recebe os pesquisadores. Na teoria parece muito interessante, mas na prática, funciona? Esse seria um exercício que pesquisadores e a comunidade deveriam relatar, a questão fica em aberto e seria uma forma de indagar aos próximos pesquisadores do assunto a efetiva “eficácia” dessa premissa, se é que se pode medir isso.

A Educação Patrimonial é um elemento de grande importância no desenvolvimento de uma consciência crítica e participativa, os livros didáticos são potenciais formas de desenvolver o sentido da educação patrimonial e associar à Arqueologia e conhecimento de História Regional, que devem e podem ser utilizados para o desenvolvimento das competências. Dessa forma, faz-se necessário livros didáticos que enfatizem essa realidade e sejam trabalhados em sala de aula de forma a incentivar a participação da comunidade no desenvolvimento de valores e atitudes.

2.3 EXEMPLOS CONCRETOS NA REGIÃO

A região de São Raimundo Nonato – PI é um território que tem diversos aparatos culturais, onde há o incentivo através de diversas instituições em trabalhar e

apresentar os bens culturais e regionais para as pessoas da comunidade, através de inúmeros esforços, como a oferta de cursos, visitações a esses espaços, bem como a manutenção dos mesmos, como o, Museu do Homem Americano, que é situado na sede da Fumdam, o museu foi criado com o intuito de divulgar a importância do patrimônio cultural, tratando-se do passado arqueológico da cidade e das pesquisas referentes ao tema. Na cidade há também a Casa da Memória, que é uma idealização da prefeitura municipal de São Raimundo Nonato, onde há um acervo alimentado por pesquisas e materiais doados pela comunidade³. Além desses pontos de cultura, há também o Centro Cultural Hamilton Barreto, que foi inaugurado em São Raimundo Nonato em 2021, oferecendo cursos aos moradores locais. É nesse cenário, que parte do Parque Nacional da Serra da Capivara está presente, um bem que faz parte da lista de 23 patrimônios da humanidade que ficam no Brasil e são reconhecidos pela UNESCO (BRASIL, 2022).

Um dos exemplos de incentivo à educação patrimonial é a iniciativa do IPHAN/São Raimundo Nonato, que promove diversas ações em prol da proteção e conservação do patrimônio imaterial e material, dentre elas a promoção e confecção e distribuição de cartilhas pedagógicas, que circulam entre ONG's e escolas da região, disseminando informações importantes para que a população tenha acesso ao bem cultural de sua comunidade gerando valor e considerando suas vivências. Bem como outras práticas pedagógicas, como jogos associados ao tema do Parque Nacional da Serra da Capivara.

³ Disponível em: <https://turismoaoraimundononato.com.br/2022/07/08/casa-da-memoria/>. Acesso em 15 nov. 2023.

Figura 1- Jogo educativo elaborado pelo IPHAN sobre a Serra da Capivara.



Fonte: Acervo pessoal (2023).

A cartilha produzida pelo IPHAN tem o título de “Conhecendo o nosso Patrimônio”, e tem sua expressão dos grafismos rupestres que são característicos do Parque Nacional da Serra da Capivara. A cartilha foi organizada por Ana Stela de Negreiros Oliveira e Marian Helen S.C. Rodrigues. O seu índice é composto por: Apresentação, Nossa identidade, Poesia, Atividade 1, Família, Atividade 2, Nossa História – Atividade 3, Nosso Patrimônio, Você sabia? Atividade 4, Patrimônio Cultural, Atividade 5, Você sabia? Álbum Patrimonial – Atividade 6, Arqueologia, Arqueólogo, Vestígios, Atividade 7, Fiquesabendo! Pré-História, Vivendo da Pré-História, Atividade 8, Nossa História, Vivendo na Pré-História – Atividade 8, Nossa História, Povos indígenas, Atividade 0, Atividade 10, Colonização, Caça-Palavras Atividades 12, Preservação do Patrimônio, Preservação do Patrimônio – Atividade 13, Glossário, Brincando na Trilha da Capivara – Atividade 14. Em sua apresentação tem-se o parágrafo:

Este livrinho é um convite às crianças e demais moradores de imediações do Parque Nacional Serra da Capivara para conhecer um pouco mais sobre os vestígios de populações muito antigas, que também viveram nessa mesma região. Pretende também ser um estímulo à reflexão sobre o significado desta herança cultural de cenastão marcantes da vida cotidiana de milhares de anos atrás e que guarda, às vezes, muitas semelhanças com os desafios que se colocam para nossa sobrevivência atual, principalmente

quanto às formas de usar recursos naturais (Stela; Rodrigues, 2008, p. 04).

A questão da identidade na cartilha é trabalhada através de perguntas pessoais como: “Como você se chama?” “Quem escolheu o seu nome” “Quantos anos você tem” “Onde você nasceu?”. A partir disso são trabalhadas questões associadas à memória, trabalhando a questão familiar, em um tópico em que se trata a pergunta sobre a história contada por seus avós. A noção de que a história oral deve ser valorizada. E é de certa forma muito importante para a noção de Educação Patrimonial, trabalhando, portanto, através da dimensão de que as origens e histórias familiares são capazes de considerar a identidade das pessoas e a construção de uma memória afetiva e suas vivências. É um fator muito interessante a questão de se recorrer ao histórico familiar para se trabalhar memória. De acordo com Barros (1989) a importância do grupo familiar como referência fundamental para a reconstrução do passado advém do fato de a família ser ao mesmo tempo, o objeto das recordações dos indivíduos e o espaço em que essas recordações podem ser avivadas. Sendo assim o grupo familiar é uma forma de se reconstruir esse legado, tanto social quanto individual.

Há também a menção no capítulo “Nosso Patrimônio” em que se tem o texto “Agora, vamos conhecer a história de nossos antepassados que viveram aqui há mais de 100 mil anos. Estamos falando do homem que viveu aqui antes da chegada do europeu e deixou suas marcas em toda região sudeste do Piauí. Foi por esse motivo que o Parque Nacional Serra da Capivara foi criado, com o intuito de proteger tão valioso testemunho” (Oliveira; Rodrigues, 2008, p. 711). Encerrando com a frase “A Serra da Capivara é um Patrimônio Cultural”. Nesse capítulo tem-se então o início do desenvolvimento da temática de forma mais objetiva, apresentando então o que é patrimônio a partir de uma experiência concreta, com o foco na Serra da Capivara, que é apresentada para a comunidade local.

A partir disso o Parque Nacional é apresentado em sua característica, como texto

O Parque Nacional da Serra da Capivara foi criado em 1979 para proteger uma área de 129.140 hectares. Está localizado no Sudeste do Piauí, ocupando áreas dos municípios de São Raimundo Nonato, Coronel José Dias, João Costa e Brejo do Piauí. Em 1991, foi incluído pela UNESCO na lista de Patrimônio Cultural da Humanidade, por constituir um testemunho. Em 1992, foi incluído pela UNESCO na lista de Patrimônio Cultural da Humanidade, por constituir um testemunho excepcional de tradições culturais já extintas. Os utensílios, fogueiras, sepulturas, cerâmicas, gravuras, pinturas rupestres, representam as diferentes culturas dos grupos humanos que ocuparam a região anteriormente. E, em 1993, o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) reconheceu o Parque Nacional Serra da Capivara como patrimônio Nacional, inscrevendo-o no livro do tomo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, reforçando ainda mais sua proteção

e relevância Cultural (Oliveira; Rodrigues, 2008, p. 12).

É apresentado também o mapa da região em uma atividade pedagógica, em que o aluno deve se identificar no território, e reconhecer geograficamente sua região.

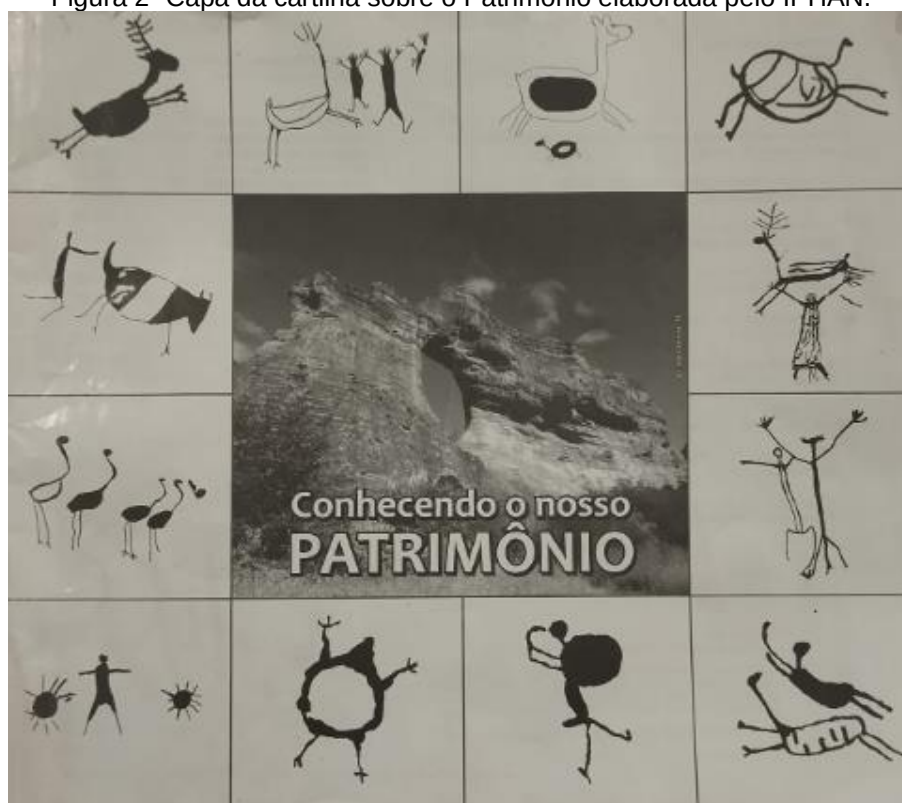
Desenvolvendo as questões patrimoniais, há, portanto, a diferenciação do que é patrimônio material e imaterial, onde patrimônio material é constituído por materiais concretos, criados por seres humanos, e o patrimônio imaterial, que são as práticas, representações, expressões, objetos e artefatos. Sempre abordando as práticas, a cartilha não se resume a leitura de textos, sempre são apresentados textos com a prática de atividades que reforçam conceitos e permitem que o estudante realize de forma lúdica o desenvolvimento do conteúdo, ao abordar o patrimônio, existe então o incentivo a criar o Álbum Patrimonial, no qual se distingue o Patrimônio Material e Patrimônio Imaterial, onde os alunos devem colocar as imagens.

Além de apresentar conceitos como Patrimônio Cultural entre diversas outras questões, há também a apresentação da profissão do arqueólogo, em que se compreende de que forma esse profissional atua, quais são os objetos de pesquisa, quais são suas demandas.

O que se pode observar a partir da análise das cartilhas é que há a abordagem de assuntos conceituais de forma lúdica e criativa, o que proporciona ao leitor a oportunidade de compreender o conteúdo de forma simples e leve, principalmente, considerando que o público é um público infantil que necessita dessa linguagem e desse intermédio.

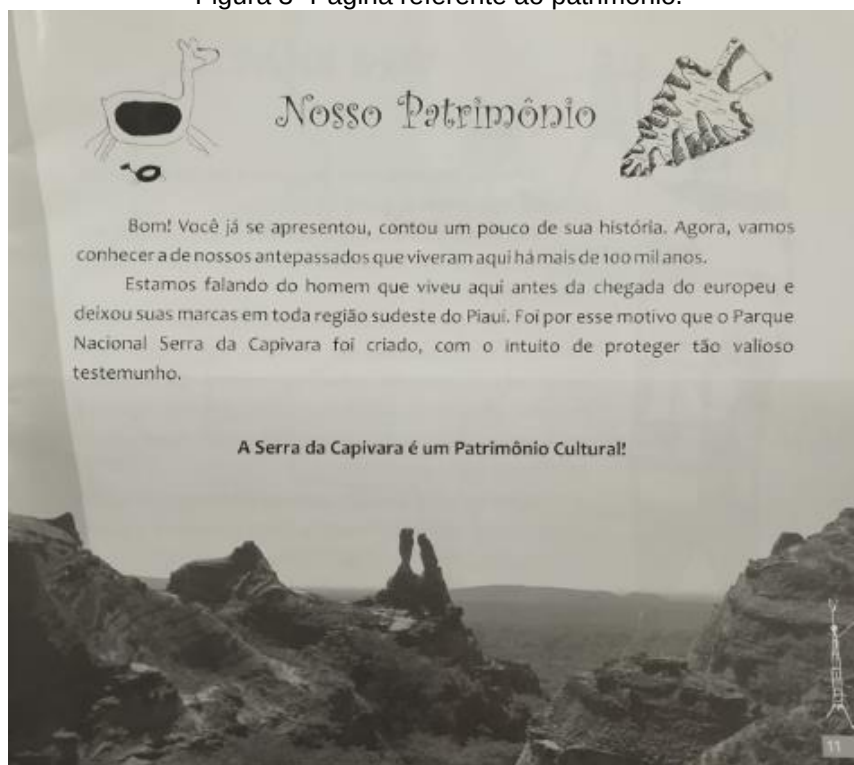
A cartilha, portanto, é um ponto positivo no sentido de que traz aos estudantes a noção de que seu lugar de vivência e suas memórias têm de ser consideradas no universo acadêmico, sendo estudadas e revisitadas.

Figura 2- Capa da cartilha sobre o Patrimônio elaborada pelo IPHAN.



Fonte: IPHAN (2008).

Figura 3- Página referente ao patrimônio.



Fonte: IPHAN (2008).

Os materiais pedagógicos elaborados pelo IPHAN são ferramentas importantes tanto para a comunidade quanto para a instituição. Capazes de promover o acesso aos bens patrimoniais e às pesquisas pela comunidade, quem tem acesso a temas locais e a sua história.

Além das cartilhas patrimoniais, os trabalhos acadêmicos são fontes de informação e são capazes de promover o estímulo à educação patrimonial e às comunidades locais. Um exemplo disso é o trabalho de dissertação do Bruno Vitor Farias, intitulado “ERA NO TEMPO DO CORONEL... “EU NÃO CONCORDO MUITO COM ISSO NÃO!”: Arqueologia Pública e interpretações colaborativas sobre a “Fazenda São Victor”, Piauí.” No trabalho realizado na Fazenda São Vitor, subdistrito de São Raimundo Nonato, foi desenvolvido o tema da Arqueologia da Escravidão no qual se insere a realidade histórica local.

A pesquisa aborda a questão da Arqueologia Pública associada ao trabalho de campo junto à comunidade que considera o papel social do arqueólogo, bem como a preservação de sítios, em que tanto a comunidade, quanto os universitários são protagonistas nesse processo, em uma relação bilateral.

No caso, há também o trabalho sobre o conceito de Arqueologia Colaborativa, para as pessoas que vivem na Comunidade Lagoa de São Vitor. Esse é um trabalho potencial, no estudo dos conceitos e na relação da sociedade com a Arqueologia, no sentido de que o trabalho contribui para o desenvolvimento do conceito de Arqueologia Pública e para a noção de que o conhecimento está para além da universidade, levando em conta o convívio cotidiano das pessoas que fazem parte desse contexto.

Figura 4- Atividades de Arqueologia Pública na Comunidade Lagoa de São Vitor I.



Fonte: Acervo Bruno Farias (2017).

Figura 5- Atividades de Arqueologia Pública na Comunidade Lagoa de São Vitor II.



Fonte: Acervo Bruno Farias (2017).

Figura 6- Atividades de Arqueologia Pública na Comunidade Lagoa de São Vitor III.



Fonte: Acervo Bruno Farias (2017).

Figura 7- Atividades de Arqueologia Pública na Comunidade Lagoa de São Vitor IV.



Fonte: Acervo Bruno Farias (2017).

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, a Universidade do Vale do São Francisco - UNIVASF e a Universidade Estadual do Piauí - UESPI apresentam exemplos de incentivo à Educação Patrimonial e à Arqueologia Pública, através dos cursos de Arqueologia e Preservação Patrimonial e do curso de História, bem como todos aqueles que podem contribuir de alguma forma. Esses cursos são fundamentais, pois proporcionam para a dinâmica local o desenvolvimento acerca dos temas e tornam então possível que as pesquisas sejam aprofundadas e que retornem à comunidade. Outro ponto de grande importância para o desenvolvimento de uma educação patrimonial é a criação da Graduação da Arqueologia e Preservação Patrimonial, que é um fator positivo na construção de pesquisas voltadas para a arqueologia local, e um curso que apresenta para aqueles que vivenciam os projetos educacionais e visionaram como futuro a profissão de Arqueólogo, diante disso, sobre o curso:

A criação do curso de Bacharelado em Arqueologia e Preservação Patrimonial, responde à crescente demanda de arqueólogos, demonstrando uma vontade política nacional de preservar o patrimônio cultural e atendendo ao interesse renovado dos municípios da região Nordeste em resgatar seu passado pré-histórico e histórico com vistas a estimular a visitação turística (Oliveira, 2013, p. 86).

Considerando a criação do curso de graduação, em relação a noção de que

sua atribuição com as noções conceituais, questiona-se sua dimensão contribui para o desenvolvimento de uma noção de Arqueologia Pública:

[...]observando dados quando falamos de Arqueologia Pública (AP) em São Raimundo Nonato (PI), uma análise da criação da graduação em Arqueologia, viabiliza a constatação da preocupação em tentar potencializar a formação profissional na região e possibilitar a interação com a comunidade (Oliveira, 2013, p. 87).

Essas são instituições formais que trabalham as demandas das comunidades locais, e também consideram suas contribuições como desenvolvimento do pensamento. Na cidade de Coronel José Dias, assim como na cidade de São Raimundo Nonato, existe o trabalho das Universidades e escolas, que fazem parte desse processo de construção de uma educação patrimonial, mas há também as ONG's que contribuem para a construção de um cenário em que a comunidade participe ativamente dessa dinâmica.

Na região há algumas instituições que promovem a Educação Patrimonial como uma educação voltada para a consciência social de que os bens devem ser protegidos e cuidados, tanto pela comunidade quanto pelas instituições. A ONG Instituto Olho D'Água - IODA é uma associação sem fins lucrativos, criada no ano de 2013, na cidade de Coronel, envolvida com o Parque Nacional da Serra da Capivara, Patrimônio Cultural da Humanidade, no Piauí. Sua origem é fruto de um projeto científico, com foco na arqueologia científica e colaborativa, tem como objetivo promover, realizar e divulgar os estudos relacionados às comunidades tradicionais. A pesquisa e as atividades de registro de memória são associadas à programas educativos, com destaque para o Projeto de Oficinas Culturais Arte na Serra: Educação sempre dá certo – com atividades de arqueologia experimental; o blog colaborativo da comunidade; o projeto Criando e Recriando um Ambiente Sustentável, na produção conjunta com as escolas públicas de cartilhas patrimoniais (Rodrigues, 2016).

O Instituto Olho D'água é uma referência no que diz respeito à Educação Patrimonial, considerando que seu trabalho é desenvolvido há cerca de uma década no contexto da caatinga piauiense. Em seu histórico, está atuando desde 2013 no estado do Piauí, no contexto da área do entorno do Parque Nacional da Serra da Capivara. Em seu blog⁴, descreve-se que “A abordagem principal do Instituto é criar

⁴ Disponível em: <https://documentoculturalolhodagua.ning.com/>. Acesso em: 2 nov. 2023

uma nova trajetória de valorização da cultural tradicional plasmada nos modos de vida dessas populações, aliada a preservação do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural existente nas proximidades do município de Coronel José Dias.”

Portanto, a ONG apresenta o intuito de desenvolver a Educação Patrimonial na cidade, de forma efetiva, atende a públicos de diversas faixas etárias. As comunidades, portanto, se envolvem em temáticas relacionadas ao Parque Nacional da Serra da Capivara, onde vivenciam através da experiência concreta ⁵a noção de que fazem parte desse Patrimônio Cultural e que são protagonistas no processo de compreensão de uma vida cidadã. É, portanto, objetivo do Instituto, preservar a cultura material e imaterial dos povos da região, através da educação e desenvolvimento de atividades com as crianças da comunidade, com finalidade de conscientizar acerca do patrimônio histórico e proporcionar, portanto, uma conexão valiosa entre gerações.

Figura 8- Pôster de divulgação sobre o dia dos pais no Instituto Olho D'água, onde se trabalha a questão das gerações no território Serra da Capivara.



Fonte: Página do Instituto Olho D'água no Facebook⁶ (2023).

⁵ As atividades concretas se referem à visitas ao Parque Nacional da Serra da Capivara, cursos relacionados ao bordado, atividades associadas ao conhecimento arqueológico e histórico.

⁶ Disponível em: https://www.facebook.com/InstitutoOlhoDagua/?locale=pt_BR. Acesso em 18 nov. 2023.

Figura 9- Atividade “Relembrar para nunca esquecer” realizada no IODA, com a cartilha produzida pelo IPHAN sobre o PARNA.



Fonte: Página do Instituto Olho D’água no Facebook ⁷(2023).

Portanto, a ONG possui um grande potencial associado à comunidade, que concebe um trabalho que repensa e utiliza de estratégias que tornam possível a concepção de uma educação patrimonial que não apenas seja colonizadora do saber, mas que integre a comunidade, e a faça ser parte integrante do processo de construção de sua identidade coletiva e individual.

⁷ Disponível em: https://www.facebook.com/InstitutoOlhoDagua/?locale=pt_BR. Acesso em 18 nov. 2023.

De forma positiva também para o desenvolvimento da noção patrimonial, as escolas de Coronel José Dias apresentam o trabalho acerca da disciplina PARNA. Em seu histórico, a criação da disciplina está:

Dentro da ótica da Educação Contextualizada, em 2002, a secretaria municipal de educação junto com o corpo pedagógico e docente inseriu formalmente na parte diversificada do currículo municipal a disciplina Patrimônio: “Parque Nacional Serra da Capivara só ama quem conhece (PNSC)”. Mais uma vez o município dá um salto no pioneirismo, pois dos quatro municípios do entorno do Parque, este é o primeiro e único até presente data a inserir nos seus currículos a disciplina PNSC (Rodrigues, 2016, p. 1493).

A criação da disciplina está relacionada a colaboração e participação da comunidade, onde alunos, pais, professores e gestores municipais, bem como a sociedade civil através de fóruns e discussões, inserindo a temática no Plano Municipal de Educação, através dos Grupos de Trabalho, onde foi criada a grade curricular. Em sua organização, as aulas aconteciam semanalmente, uma vez em cada série do Ensino Fundamental Maior (6º ao 9º), que abrange alunos da faixa etária dos seis aos quatorze anos de idade, onde se abordam assuntos referente à pré-história regional e local, patrimônio material e imaterial, onde se há o destaque aos modos de vida local. De acordo com Rodrigues (2011) a iniciativa é uma das principais responsáveis pelo engajamento local, que tem relação com a preservação, empoderamento e fruição social do Parque Nacional da Serra da Capivara.

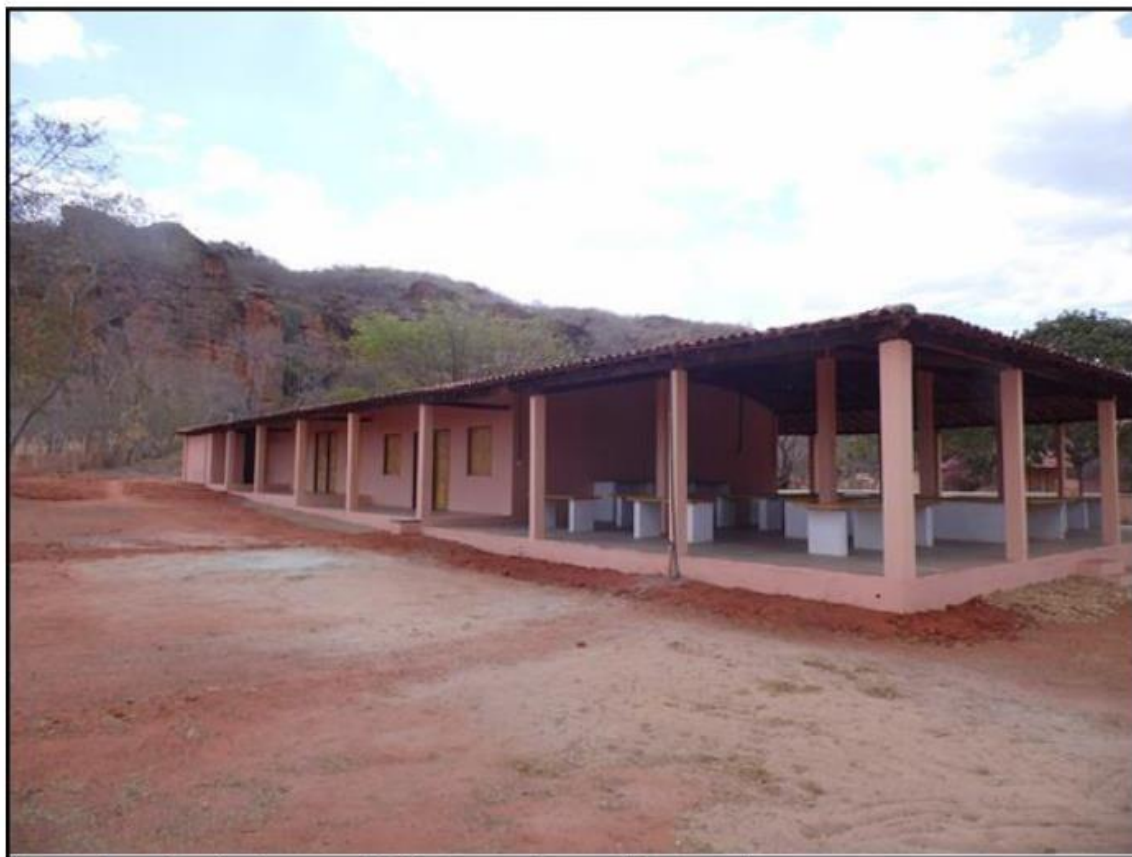
A Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº. 9394/96, ampara a criação da disciplina no sentido de que a escola tem a incumbência de inserir nos currículos dos ensinos fundamentais e médio, o que se refere às características regionais e locais da sociedade e da cultura (Rodrigues, 2011, p. 1493). A presença da disciplina reflete nos eventos escolares, relacionando à temas associados ao PARNA, onde há a referência a arte rupestre e a vida no semiárido, é através dessa disciplina que se tem acesso ao conteúdo patrimonial à história local, valorizando um bem que é símbolo da cidade e humanidade, atribuindo aos jovens a noção de que têm um passado comum sem seu seio comunitário.

Dentre os projetos sociais e educativos pioneiros do contexto do Parque, existiram os Projetos Sociais e Educativos no contexto das pesquisas arqueológicas do PARNA. Como por exemplos os Núcleos de Apoio à Comunidade (NACs), que foram implantados pela FUMDHAM, em convênio com a ONG Terra Nuova (Itália) na década de 90, com a finalidade de melhorar as condições de Ensino Básico e

profissional em São Raimundo Nonato (Costa *apud* Oliveira, 2011, p. 12).

A comunidade do Sítio do Mocó, recebeu uma escola desse modelo, onde havia cerca de 40 crianças, o projeto foi expandido para outros locais, onde eram ofertadas desde a Creche até o Ensino Fundamental Maior, cursos de alfabetização para adultos e além de cursos técnicos (Costa *apud* Oliveira, 2011).

Figura 10- Estrutura arquitetônica dos NAC's.



Fonte: Oliveira (2013).

De acordo com a pesquisadora Dra. Niéde Guidon, a ideia era que com a criação do Parque Nacional Serra da Capivara (PNSC), pudesse criar novas alternativas para a população local, e compreendendo a realidade da região, ficou percebido que as escolas não eram acessíveis para todos, devido a isso surge a implantação das escolas que apoiassem essas comunidades, sendo aplicadas práticas educativas que estivessem comprometidas com a valorização do patrimônio da comunidade (Oliveira, 2013, p. 76).

As escolas não tiveram continuidade, devido a uma situação de conflito, onde as relações políticas desenvolvidas pela FUMDHAM e o Governo Municipal, Estadual e Federal, havendo o fechamento de 05 escolas do entorno, que recebiam mais de 750 alunos do Estado (Oliveira, 2013, p. 76). Através da pesquisa de Jaime Oliveira (2013), entende-se que dois fatores prejudicaram a continuação das escolas, que foi o

fato de a FUMDHAM não estar de acordo com a administração local, dificultando o processo de ensino e aprendizagem e influenciando no fim. Além dos NAC's, no histórico de projetos há também o Pró-Arte FUMDHAM, que se estendeu após os fechamentos dos Núcleos, desenvolvendo atividades educativas não formais na educação e arte, em escolas e mediações.

De acordo com a entrevista realizada por Jaime Oliveira com Rosa Maria Gonçalves, educadora do Pró-Arte FUMDHAM no ano de 2013, foi relatado que o projeto incluía o desenvolvimento de diversas atividades, como: capoeira, dança, música e o teatro, que seriam trabalhadas no contraturno, com atividades de reforço escolar também (Oliveira, 2013, p. 79).

Além do histórico de projetos, é importante também ressaltar a importância da criação dos museus na região, como o Museu do Homem Americano e o Museu da Natureza, que são entendidos como aparelho culturais, devido ao fato de oferecer uma arqueologia que apresenta a divulgação dos estudos, levando até a comunidade regional um pouco da vida humana no passado, o que ao longo do tempo, tornou-se uma ferramenta pedagógica (Oliveira, 2013, p. 80).

Os trabalhos acima, representam esforços na constituição de uma educação voltada para a população, compreendendo também as estruturas que compõem esse cenário, entendendo também que o histórico das pesquisas e dos projetos educativos, associados também à criação dos cursos de graduação, tornam possível a noção de que a sociedade, universidade e comunidade local são participantes ativos na construção das memórias, das vivências e experiências acerca do cotidiano e da experiência sobre o Parque Nacional da Serra da Capivara.

3 ESTRUTURA CURRICULAR PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

A relação da História do Brasil, tem a inserção da disciplina no currículo das escolas. A História como disciplina escolar surge no século XIX, na França, onde há movimentos que buscam laicizar a sociedade. Na formação curricular da disciplina, têm em seu desenvolvimento com um padrão eurocêntrico, onde os conteúdos priorizados apresentam essa lógica. Portanto, é como se a história fosse a árvore genealógica das nações europeias (Nadai, 1992, p. 144).

A disciplina foi ao longo de seu histórico associada aos conhecimentos gerais, iniciando com a “Arqueologia pré-histórica” e em seguida a partir de uma ordem cronológica, trata-se do período da antiguidade, idade média, idade moderna (Nadai, 1992, p. 148).

Assim, se atentarmos para as questões postas pelos programas e currículos, matérias de ensino e pelas produções didáticas, a História enquanto disciplina educativa, ocupou, nas suas origens, não só no Estado de São Paulo, mas em todas as escolas secundárias e primárias (oficiais e particulares) que foram sendo implantadas pelo território ‘nacional um lugar específico, que pode ser sintetizados nas representações que procuravam expressar as ideias de nação e de cidadão embasadas na identidade comum de seus variados grupos étnicos e classes sociais constitutivos da nacionalidade brasileira (NADAI, 1992, p. 149).

Em sua formação curricular, há a formação através da ideia de nação, cidadania e pátria, no sentido de legitimar formalmente a escola, onde se agrupam também grupos sociais em busca de um “equilíbrio social”, com uma contribuição que se imagina uma relação coletiva harmoniosa, com a construção de uma sociedade onde o passado é valorizado, com o intuito de legitimar o Estado⁸.

Há, portanto, a periodização que obedece a uma cronologia política, com tempo uniformes, onde os marcos temporais são predominantemente políticos, portanto:

O conceito de História que flui dos programas e dos currículos é, assim, basicamente aquele que a identifica ao passado e, portanto, à realidade vivida, negando sua qualidade de representação do real, produzida, reelabora, na maioria das vezes, anos, décadas ou séculos depois do acontecido. Essa forma de ensino; determinada desde sua origem como disciplina escolar, foi o espaço da história oficial na qual os únicos agentes visíveis do movimento social eram o Estado e as elites (Nadai, 1992, p. 152).

⁸ Temas como, história da América e da África foram excluídos do currículo em seus primórdios, devido a predominância de conteúdos sobre Nacionalistas.

Houve, portanto, a crítica recorrente a forma de selecionar a história política e sua correspondente cronologia, subsidiando programas de ensino. Os educadores progressistas, criticavam um currículo baseado principalmente na memorização excessiva, onde o aluno se tornava um sujeito passivo, portanto, insistiu-se na necessidade de se reformular o ensino da disciplina, para que seus objetivos educativos fossem realizados. Trata-se então de se considerar a valorização da memória nesse processo. O ensino de História, assim como o ensino de qualquer disciplina, tem parâmetros e metas, existem, portanto, as políticas educacionais e propostas didáticas para a disciplina. Por muitos anos as políticas educacionais estavam reduzidas. Existem documentos que fazem parte desse processo pedagógico, como a BNCC, que é um documento normativo para a Educação Básica.

Quando se aborda a questão do currículo, têm-se principalmente a questão da instituição, com referências fundamentais na construção das práticas escolares, com intervenções do Estado no âmbito da escola, através das políticas públicas, que norteiam também a produção do material, que serve de suporte ao trabalho docente, onde se sobressai o livro didático, que é um instrumento influente de intervenção no cotidiano escolar (Cassiano, 2012 *apud* Palma Filho, 1997, p. 1)

O currículo é a instância de organização do cotidiano escolar, por ter um caráter institucional, que é referência na construção das práticas escolares. Há, portanto, as intervenções do Estado no âmbito da escola por meio das políticas públicas. O histórico do currículo escolar para ensino de história, nos anos de 1980 e 1990, incorporam a preocupação com um ensino de História que fosse além da memorização de um discurso (Palma Filho, 1997).

A questão da estrutura curricular tem relação com o que se pretende ensinar em História, o que se considera nesse universo é que existem conteúdos que são previstos no ensino da disciplina, abrangendo tanto questões regionais, locais, nacionais e internacionais. Seria o currículo então o padrão para o que se entende no ensino, é o que se prevê que será ensinado. Na década de 90, amplia-se a noção de História, onde para além de uma História nação, entende-se que há também a necessidade de se atribuir a noção da metodologia ao ensino, reconhecendo também o domínio da história universal, superando também a dicotomia entre ensino e História, alunos e professores passam também a ser parte da história, valorizando também a memória social. O currículo de História, é, portanto, parte de seu contexto social e político, bem como o das outras disciplinas, e sofre alterações devido a sua formação

social.

3.1 PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS

Os Parâmetros Curriculares Nacionais foram elaborados com o intuito de respeitar as diversidades regionais, culturais, políticas existentes no Brasil. Há então o intuito de permitir aos jovens o acesso, aos conhecimentos que esses precisam para exercer a cidadania. A estrutura do documento se organiza em capítulos, relacionados a seguir: 1- Apresentação, 2 – Considerações preliminares, 3 – A proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais em face da situação do ensino fundamental, 3 – Princípios e fundamentos dos Parâmetros Curriculares Nacionais, 4- Organização dos Parâmetros Curriculares Nacionais, 5 – Objetivos, 6 – Conteúdos, 7- Avaliação, 8 – Orientações didáticas.

Organizada pelo Ministério da Educação, os Parâmetros têm o intuito de contribuir para a meta de qualidade, que possa ajudar o aluno a enfrentar o mundo atual como um cidadão participativo, reflexivo e autônomo, que conheça seus direitos e seus deveres. O documento é entendido como um instrumento útil no apoio às discussões pedagógicas na escola, bem como na elaboração dos projetos educativos, no planejamento da aula. (BRASIL, 1997, pag.13) Ao abordar a importância do documento, se afirma que:

O conjunto das proposições aqui expressas responde à necessidade de referenciais a partir dos quais o sistema educacional do País se organize, a fim de garantir que, respeitadas as diversidades culturais, regionais, étnicas, religiosas e políticas que atravessam uma sociedade múltipla, estratificada e complexa, a educação possa atuar, decisivamente, no processo de construção da cidadania, tendo como meta o ideal de uma crescente igualdade de direitos entre os cidadãos, baseado nos princípios democráticos. Essa igualdade implica necessariamente o acesso à totalidade dos bens públicos, entre os quais o conjunto dos conhecimentos socialmente relevantes (Brasil, 1997, 13).

O documento compreende que devem se respeitar as diversidades culturais e regionais, o que torna interessante compreender como o regional é previsto na legislação educacional e deve, portanto, ser considerado no momento da construção do planejamento pedagógico, deve-se prever e respeitar essas características⁹.

⁹ O documento prevê também a valorização dos profissionais da educação, estruturalmente e economicamente.

O texto se refere à educação básica, onde o ensino fundamental deve ser estruturado nos termos previstos pela Lei Federal n. 5.692. de 11 de agosto de 1971, através dessa lei foram definidas as diretrizes e bases da educação nacional, onde os objetivos gerais, tanto para o ensino fundamental, que tem alunos de 6 até 14 anos, (primeiro grau, com oito anos de escolaridade obrigatória) quanto para o ensino médio com estudantes de 15 até 17 anos, (segundo grau, não obrigatório).

Através disso há também a generalização das disposições básicas sobre o currículo, onde se tem um modelo nacional obrigatório, tanto para o ensino fundamental e nacional, estabeleceu como objetivo geral, tanto para o ensino fundamental. Prevê-se também um planejamento diversificado, a fim de contemplar as peculiaridades locais e específicas dos planos de ensino e estabelecimento de ensino e as diferenças individuais dos alunos.

Essa LDB reforça a necessidade de se propiciar a todos a formação básica comum, o que pressupõe a formulação de um conjunto de diretrizes capaz de nortear os currículos e seus conteúdos mínimos, incumbência que, nos termos do art. 9º, inciso IV, é remetida para a União. Para dar conta desse amplo objetivo, a LDB consolida a organização curricular de modo a conferir uma maior flexibilidade no trato dos componentes curriculares, reafirmando desse modo o princípio da base nacional comum (Parâmetros Curriculares Nacionais), a ser complementada por uma parte diversificada em cada sistema de ensino e escola na prática, repetindo o art. 210 da Constituição Federal (Brasil, 1997, p. 14).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais tiveram seu início a partir do estudo e propostas curriculares de Estados e municípios brasileiros, acontecendo, portanto, inúmeros encontros regionais, que foram organizados pelo MEC nos Estados da federação, contando com a participação também dos professores. Os parâmetros curriculares nacionais no Ensino Fundamental. A escola tem, portanto, a função de construir a cidadania, assumindo a valorização da cultura de sua própria comunidade, onde as crianças de diversos grupos sociais devem ter acesso ao saber, no que diz respeito ao conhecimento socialmente relevante da cultura brasileira, tanto no âmbito nacional e regional, considerando o que faz parte do patrimônio universal da humanidade (Brasil, 1997, p. 34).

A cidadania associada à cultura, teria então a função de interferir criticamente na realidade, com o intuito de transformá-la, pretendendo, portanto, entender a escola como uma construção coletiva e permanente. Quais são, portanto, os objetivos dos Parâmetros Curriculares Nacionais? O desenvolvimento das capacidades de ordem cognitiva, física, afetiva, de relação interpessoal e inserção social, ética e estética. Em

cada campo do conhecimento, se tem um desenvolvimento. A capacidade estética por exemplo “permite produzir arte e apreciar as diferentes produções artísticas produzidas em diferentes culturas e em diferentes momentos históricos¹⁰” (BRASIL, 1997, p. 47).

3.2 DIRETRIZES E BASES NACIONAIS

A Lei de Diretrizes e Bases Nacionais é um documento aprovado em 2010, no Estado Brasileiro, a matéria educacional é conferida pela Lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), onde estão presentes todos os entes federativos: União Distrito Federal, Estados e Municípios, onde compete a cada um organizar seu sistema de ensino. O Estado tem o dever de assegurar o Ensino Fundamental e oferecer com prioridade, o Ensino Médio a todos que demandarem. A formulação de Diretrizes Curriculares Nacionais constitui, uma atribuição federal, exercida pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), nos termos da LDB e da Lei nº 9.131/95, que o institui.

O texto aborda a necessidade de atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais, onde estabelece o Ensino Fundamental de nove anos e sua obrigatoriedade dos quatro aos 17 anos. Foram então promovidos inúmeros debates e audiências públicas. As Novas Diretrizes Curriculares da Educação Básica em que a educação tem sua divisão nas seguintes etapas: Educação Infantil, Fundamental e Média, atendendo a resoluções para a Educação no Campo, a Educação Indígena, a Quilombola, para a Educação Especial, para Jovens e Adultos em Situação de Privação de Liberdade (Brasil, 2013, p. 4).

A sua elaboração, nos últimos anos, tem relação com o Conselho Nacional de Educação, para aperfeiçoar a participação da sociedade. Todo material educacional Lei nº 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

A formulação de Diretrizes Curriculares Nacionais constitui, portanto, atribuição federal, que é exercida pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), nos termos da LDB e da Lei nº 9.131/95, que o instituiu. Esta lei define, na alínea “c” do seu artigo 9º, entre as atribuições de sua Câmara de Educação Básica (CEB), deliberar sobre as Diretrizes Curriculares propostas pelo

¹⁰ O estudo dos temas pré-históricos, é possível portanto compreender os grafismos rupestres na esfera da arte. Tendo portanto a possibilidade de trabalhar essa temática no campo das artes.

Ministério da Educação. Esta competência para definir as Diretrizes Curriculares Nacionais torna-as mandatórias para todos os sistemas. Ademais, atribui-lhe, entre outras, a responsabilidade de assegurar a participação da sociedade no aperfeiçoamento da educação nacional (artigo 7º da Lei nº 4.024/61, com redação dada pela Lei 8.131/95), razão pela qual as diretrizes constitutivas deste Parecer consideram o exame das avaliações por elas apresentadas, durante o processo de implementação da LDB (Brasil, 2010, p. 8).

A ideia de educação para todos, não é viabilizada somente por um decreto, há também a resolução, e os processos de atividades de ensino ou estabelecimento de parâmetros ou diretrizes curriculares, no documento, a qualidade social da educação não é uma conquista individual, ela é uma conquista da sociedade brasileira, onde há movimentos sociais que fazem parte desse local. Para que a educação tenha qualidade é necessário, portanto participação social.

Com base na Constituição Federal (artigo 205) e na LDB (artigo 2º), que têm como foco o pleno desenvolvimento da pessoa, a preparação para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho, deve-se considerar integralmente o previsto no ECA (LEI nº 8069/90), que assegura, à criança e ao adolescente de até 18 anos, todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa, as oportunidades oferecidas para o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social.

A Educação Básica é, portanto, um direito universal e alicerce indispensável para a capacidade de exercer em plenitude o direito à cidadania. É o tempo, o espaço e o contexto em que o sujeito aprende a construir e reconstruir sua identidade, em meio a transformações corporais, afetivo emocionais, socioemocionais, cognitivas e socioculturais, respeitando e valorizando as diferenças. Liberdade e pluralidade tornam-se, portanto, exigências de um projeto educacional (Brasil, 2010, p. 19).

Apenas pelo cuidado, não se constrói a educação e as dimensões que a envolvem como projeto transformador e libertador. Há a relação entre cuidar e educar e se conceber mediante internalização consciente de eixos norteadores, que remetem à experiência fundamental do valor. Além disso, são esperados valores como o cuidado, que inclui significações básicas, intimamente ligadas entre si. Entre as atitudes, se consiste na atitude de solicitude e atenção para com os outros, no sentido de responsabilidade, onde se cogita, pensa e mantém atenção. Cuidado, é portanto, um princípio que norteia a atitude.

Cuidado é então, um princípio que norteia a atitude, com o modo prático de realizar-se, de viver e conviver no mundo. A escola não abarca, portanto, uma atitude parcial, fragmentada, recortada da ação humana. Existem as dimensões do trabalho

pedagógico, mediante à verificação das condições de aprendizagem, onde se apresenta a busca de soluções junto à família.

Cabe, então uma reflexão sobre o conceito de cidadanias, levando em conta como a ideia de cidadania foi tratada no Brasil, e em como ela ainda é tratada. Há um contexto marcado então pelo desenvolvimento de formas de exclusão. A proposta, é, portanto, de uma escola emancipadora e libertadora.

O Sistema Nacional de Educação, é um tema que aprofunda a compreensão sobre os sistemas, no contexto da história da educação. Há então debate sobre o Sistema Nacional de Educação, em vários momentos, se abordam os temas das diretrizes para a Educação Básica, questões que foram analisadas na Conferência.

A estrutura federativa brasileira é que comporta o sistema educacional autônomo, onde se faz a educação nacional, União, Estados, Distrito Federal e Municípios, cada um com as suas competências, que são reunidos e convidados a colaborar para transformar a Educação Básica em um conjunto orgânico, sequencial e articulado, onde se responde às exigências dos estudantes, de suas aprendizagens nas diversas fases do desenvolvimento físico, intelectual, emocional e social.

Quando se fala em currículo, existem diversas definições atribuídas, a partir da concepção de cultura como prática social, ou seja, como algo que, em vez de apresentar significados intrínsecos, como ocorre, por exemplo, com as manifestações artísticas, a cultura expressa significados atribuídos a partir da linguagem. São experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento. É, portanto, delimitada a ideia sobre cultura.

Em poucas palavras, essa concepção é definida como “experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, permeadas pelas relações sociais, buscando articular vivências e saberes dos alunos com os conhecimentos historicamente acumulados e contribuindo para construir as identidades dos estudantes (Brasil *apud* Ação educativa, 2004).

3.3 CURRÍCULO DO PIAUÍ

Outro documento normativo é o Currículo do Piauí, que se estrutura da seguinte forma: introdução, cenário educacional piauiense: educação, contextos e diálogos, O Piauí na História: passado e presente, Contexto educacional do território piauiense, princípios e concepções, Educação: Conceito e abordagem, Ensino e Aprendizagem, Avaliação, implementação curricular: desafios e possibilidades, Diagnóstico, Regime

de colaboração, Monitoramento e avaliação, estrutura do currículo, Educação infantil, Concepção de criança, Marcos legais, Desafios do ensino da educação infantil e a integralidade entre os campos de experiências, Objetivos da educação infantil a partir da BNCC, Organização da educação infantil no documento curricular, Transição da educação infantil ao longo da etapa, Ensino fundamental, Língua portuguesa, Educação física, Arte, Língua inglesa.

O Currículo do Piauí constitui-se como um documento elaborado, assim como os anteriores com base na Constituição Federal do Brasil (CF/1988), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB Nº 9394/96), nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's/ 1988), na Lei de Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCNs/2003, e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC/2017), Resolução CEE/PI Nº11/2018.

O contexto histórico/arqueológico do Piauí, é apresentado no sentido de que:

os primeiros movimentos colonizadores realizados pelos portugueses remontem ao século XVII, quando bandeirantes e entradistas penetraram o território em busca de indígenas para mão de obra (atividade de preação), para, logo em seguida, instalar as primeiras fazendas de gado, a relação do homem com nosso território é bem mais remota, recuando há, pelo menos, 50 mil anos, segundo atestam as pesquisas produzidas na serra da Capivara, levadas a efeito pela missão franco-brasileira, liderada pela arqueóloga Niede Guidon, desde 1972 (Brasil, 2020, p. 14).

O texto do Currículo aponta para a valorização das escavações arqueológicas, no Sítio Arqueológico Boqueirão da Pedra Furada, entendendo que revolucionaram não somente as pesquisas. A economia é apresentada como um fator relevante para o fortalecimento dos vínculos sociais. O cenário compreende o aumento de pesquisadores, visitantes, curiosos e aventureiros. São grupos formados, principalmente, por estudantes de diversos níveis que visitam o Parque Nacional da Serra da Capivara.

4 CURRICULARIZAÇÃO DA HISTÓRIA DA SERRA DA CAPIVARA

A região do Parque Nacional da Serra da Capivara teve sua importância reconhecida, devido à presença das pinturas e gravuras rupestres encontradas nas rochas, em seu território. A partir desta descoberta e, com o desenvolvimento das pesquisas em Arqueologia, firma-se como sendo o cenário principal onde se constata através de vestígios arqueológicos, a presença de povos pretéritos presentes há milhares de anos, nesta região. Este tema deve ser abordado de forma pedagógica, principalmente nas escolas da região, para incentivar a comunidade local a reconhecer a importância de sua ancestralidade, e entender o que o mundo já consagrou como Patrimônio Mundial da Humanidade. Sendo assim, devido a sua importância patrimonial e seu potencial para a formação de uma identidade coletiva e individual.

Os documentos analisados acerca da estrutura curricular dos livros didáticos, compreendem e preveem a noção de história local e regional, bem como das questões patrimoniais, sendo assim, ao considerar o recorte temático do PARNA, entende-se que o mesmo é um tema que aborda essas demandas sociais e culturais. Faz-se necessário ter a presença do tema nos livros didáticos, como parte do currículo formal e sua constituição como formador de uma consciência crítica acerca do meio onde se vive, onde os estudantes podem contemplar e compreender o que a vivência do passado de seu local de vida pode ajudar em sua formação cidadã.

Sendo assim a implementação do tema no currículo contribui para o desenvolvimento do tema. No próprio Currículo do Piauí, tem-se a previsão de trabalhar o tema, através da habilidade:

(EF06CI12) Identificar diferentes tipos de rocha, relacionando a formação de fósseis a rochas sedimentares em diferentes períodos geológicos, dando ênfase aos sítios arqueológicos do Parque Nacional da Serra da Capivara, Parque Nacional de Sete Cidades, Floresta Fóssil, dentre outros sítios (Brasil, 2020, p. 238).

Essa habilidade é prevista na disciplina de Ciências, no conteúdo que trabalha a Terra e o Universo, no caso se considera que se trabalhariam temas da escola macro, como: Forma, estrutura e movimentos da Terra. Camadas da Terra. Camadas da Atmosfera. Tipos de rochas. Formação de fósseis. Períodos Geológicos. Sítios Arqueológicos do Brasil, através de temas associados ao Nordeste e Piauí. Movimentos de Rotação e Translação da Terra. Fusos horários.

Considerando o conceito e o modelo de educação apresentados anteriormente, adotados pelo Currículo do Piauí, os princípios fundamentais da educação no território piauiense consistem em:

- Aquisição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores por meio do aprender a aprender, da relação dialética do ser humano com a sociedade e da conexão e colaboração entre sujeito construtor do conhecimento e objeto a ser conhecido;
- Desenvolvimento articulado de competências intelectuais, socioemocionais, físicas e culturais, que levam à superação de situações e problemas com vistas à formação plena dos estudantes (MORIN, 2001);
- Mediação do professor, responsável por planejar e implementar estratégias pedagógicas eficazes para o processo de educação integral dos alunos;
- Formação de indivíduos autônomos, conscientes e críticos, por meio da troca de informações e experiências que possibilitem o desenvolvimento de competências necessárias para a vida e vivência plena da cidadania, envolvendo a formação de valores como solidariedade, honestidade, respeito e responsabilidade;
- Garantia da equidade e qualidade da educação e do direito de aprender;
- Aprendizagem significativa para a vida dos estudantes, considerando o conhecimento prévio que trazem consigo, sua prática social e seu potencial de aprender (Marchiorsto *apud* Brasil, 2013).

Os conteúdos e conhecimentos acima, têm relação com um trabalho voltado para o exercício da cidadania, levando em conta que esses conceitos fazem parte desse intuito que é objeto da documentação governamental, bem como o incentivo a uma vida em que o estudante goze de seus direitos e deveres.

4.1 MUNICIPIO DE SÃO RAIMUNDO NONATO

O município de São Raimundo Nonato é localizado na mesorregião do sudeste piauiense. Em seu histórico, está, assim como em outros territórios brasileiros, a ocupação indígena. Há também o desenvolvimento de fazendas, sob o domínio de Domingos Afonso Mafrense, sendo que, após sua morte, as terras foram doadas aos jesuítas. Chegando à região, os religiosos construíram uma casa, onde deram o nome Sobrado da Conceição. Vieram, portanto, os colonos e aventureiros, e surgiram os conflitos com os povos originários, os tapuias. O Governador da Capitania do Piauí, ordenou a José Dias que conquistasse a região do atual Município de São Raimundo Nonato, onde estavam em litígio, índios, aventureiros e colonos e dividissem as terras

ocupadas entre os integrantes de sua tropa. Os colonos dominaram a região, travando luta com indígenas, catequizando os povos pré-colombianos e dominando a terra (IBGE, 2023).

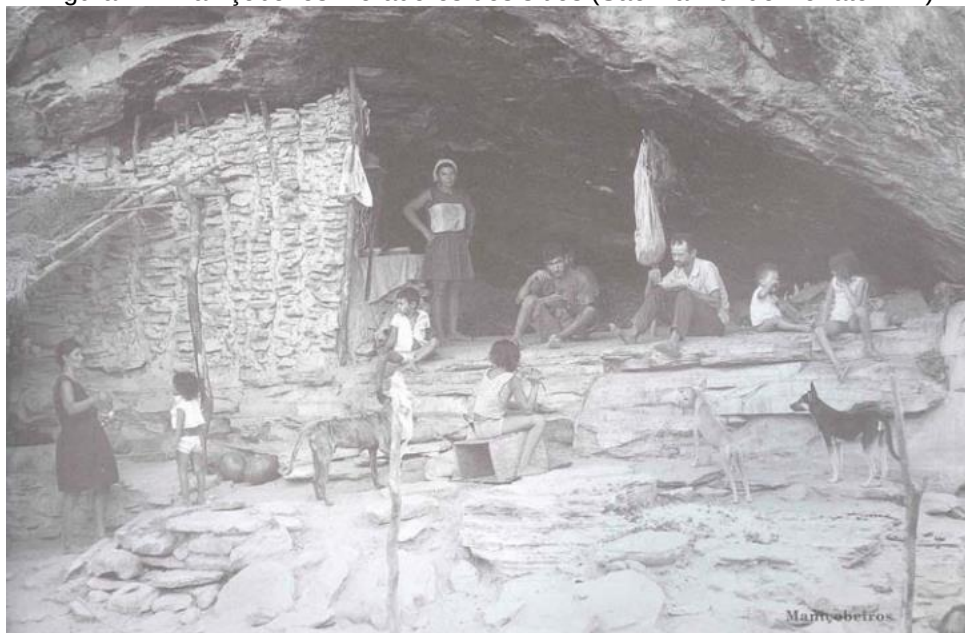
Em 1832, a região de São Raimundo Nonato foi elevada à distrito eclesiástico, com uma sede chamada Confusões, transferindo em 1836 para Jenipapo, onde havia o núcleo que foi elevado à categoria de Vila e Município em 1850. Há então a formação administrativa e distrital, através do decreto de 06/07/1832, onde foi elevado à categoria de vila com a denominação de São Raimundo Nonato, pela resolução provincial nº 257, de 09-08-1850, desmembrado dos municípios de Jaicós e Jerumenha. Tornando-se, portanto, o atual distrito de São Raimundo.

Na transição administrativa, foi alterado pela lei municipal de 12-01-1904, a adição do distrito de Caracol e João Alves, que foi anexado ao município de São Raimundo. Numa divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município tem 3 distritos: São Raimundo Nonato, Caracol e João Alves, tornando-se cidade pela lei estadual nº668, de 26-06-1912. Em divisão territorial datada de 1-VII-1950, o município é constituído do distrito sede (IBGE, 2023). A região foi densamente habitada por caçadores e coletores primitivos, entre os séculos XVII e XIX, os nativos passaram pela catequização jesuítica, como a implementação das fazendas de gado e pequenas lavouras, quando há o desenvolvimento da maniçoba¹¹.

Quanto ao aspecto arqueológico, encontram-se os vestígios da presença humana (fosseis, artefatos e pinturas rupestres) mais antigos do país, de acordo com as datações apresentadas pela missão franco-brasileira. No local, é possível identificar também um imenso museu imagético a céu aberto, que é um dos maiores do mundo (Justamand, 2007).

¹¹ Um produto regional, típico da caatinga, onde se extrai a borracha e que foi explorado a exaustão por seu rendimento econômico (Justamand, 2007).

Figura 11- Maniçobeiros moradores dos sítios (São Raimundo Nonato – PI).



Fonte: Revista Parque Nacional da Serra da Capivara (1998).

A cidade de São Raimundo Nonato, é, portanto, um local onde há grande presença de conteúdo arqueológico, que tem como marco a chegada da Dra. Niéde Guidon. Em 1963, prefeitos de São Raimundo Nonato a procuraram no Museu Paulista de São Paulo – USP, e pediram para falar com a profa Dra. afirmando que “Lá em nossa terra tem uns desenhos de caboclo, de índios na serra” (Justamand, 2007, p. 48).

A partir disso, Niéde Guidon trabalha para estudar a região, e em setembro de 1970 tem contato com as pinturas rupestres da região. Pinturas rupestres são identificadas com grande variedade de estilos, técnicas, tamanhos, cores, clareza de informações e riquezas de detalhes, que teve como fruto seu doutorado (1974), sob o título de “Pinturas rupestres de Várzea Grande, PI, Brasil” (Justamand, 2007). No final dos anos 70, a região em parque nacional. A criação dos parques nacionais tem por objetivo e proteção dos recursos naturais e culturais.

Transformar a região no Parque Nacional Serra da Capivara foi um feito de grande envergadura no país, principalmente por ter sido conquistado por uma mulher numa sociedade ainda muito machista. Realmente, a criação do Parque ainda é fruto de muita luta da equipe fundadora, em especial da Doutora, como é conhecida Niéde Guidon na região (Justamand, 2007, p. 49).

culturais que fazem parte da sua constituição. Dentre eles está a Museu do Homem Americano, A casa da Memória, bem como as festividades que acontecem relacionadas a questão religiosa, dentre outras. Na questão educativa, o município conta com uma taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade contanto com uma taxa de 98% da população, contando com escolas municipais, estaduais e particulares, que são responsáveis pelo desenvolvimento da educação no município. (IBGE, 2023)

No ensino superior, a cidade conta com universidades particulares como a Faculdade Afonso Mafrense (FAM) e a UNIASELVE, e universidades públicas, como a Universidade Estadual do Piauí - UESPI e Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF, com os cursos de Arqueologia e Preservação Patrimonial, Ciências da Natureza, Antropologia, Química e Gestão Ambiental. A UESPI, apresenta os cursos de licenciatura em Matemática, Ciências Biológicas, Geografia, História e Pedagogia¹².

Nesse contexto, encontra-se também o Museu do Homem Americano, que é situado na sede da FUMDHAM, o Museu foi criado para divulgar a importância do Patrimônio Cultural, deixados pelos antigos povos da região, e sua exposição apresenta os resultados de mais de quatro décadas de pesquisa¹³.

O desenvolvimento das pesquisas sobre arqueologia na região e no município de São Raimundo Nonato, contam com esses equipamentos culturais que tornam possível, tanto o trabalho de investigação como o acesso do público aos bens patrimoniais da região.

4.1.2 Projeto político pedagógico: Centro de Educação de Tempo Integral-Edith Nobre

Quanto às escolas da cidade de São Raimundo Nonato, é interessante considerar, tanto os livros didáticos da região, quando os seus documentos que regem sua instituição, dentre as diversas escolas escolhidas têm-se como base o CETI Edith Nobre, que abrange turmas de Ensino Médio, de faixa etária de 15 até 17 anos e o Colégio Estadual José Leandro que abrange turmas de Ensino Fundamental II, que abrange as turmas de 6º a 9º ano, com faixa etária dos 11 aos 14 anos.

¹² Disponível em: <https://uespi.br/graduacao-inicio/>. Acesso em: 05 nov. 2023.

¹³ Disponível em: <http://fumdham.org.br/museus/>. Acesso em: 05 nov. 2023

No caso serão analisados os Projetos Político Pedagógico (PPP) de ambas as escolas, no intuito de compreender se sua estrutura contempla o que se entende como Educação Patrimonial e o trabalho da História Local e Regional nas escolas. A estrutura do PPP da escola CETI Edith Nobre tem sua estrutura organizada como: 1. apresentação; 2. justificativa; 3. de identificação da escola; 4. contextualização histórica e organização da escola; sala de atendimento educacional especializado (AEE); 5. diagnóstico de indicadores educacionais; 6. intencionalidade educativa da escola; 7. concepção metodológica; 8. objetivos; 9. fundamentação teórica e bases legais; 10; regimento interno.

Ao apresentar sua base curricular, os currículos do Ensino Fundamental e Médio, são compreendidos por uma base nacional comum. Face a isso compreende-se que a disciplina de Arte constitui um componente curricular obrigatório, que tem como intuito desenvolver culturalmente os alunos.

Ao analisar o PPP da escola, não se encontra nenhum traço específico sobre a noção de História Local ou Regional, mas não significa que por não estar escrito de forma explícita que não há o trabalho e indicação do mesmo, já que se prevê o trabalho acerca da cultura e disciplinas envolvidas com o tema, como Artes, História e Geografia. Um exemplo é que no ano de 2023, os alunos do Primeiro Ano do Ensino Médio, realizaram uma exposição em que deveriam trabalhar as regionalidades. Apresentaram, portanto, os Estados Brasileiro, inclusive o Piauí, onde apresentavam especificidade locais e regionais.

O trabalho produzido pelos alunos na exposição de temas acerca do Parque Nacional da Serra da Capivara, apresenta uma forma dos alunos serem ativos no processo de construção do conhecimento, tornando, portanto, relevante para os próprios a dimensão de que são pertencentes a essas Histórias a partir de atividades práticas, onde os mesmos devem apresentar seu Estado de origem e vivência, bem como apresentar a cultura local, da qual fazem parte. Contemplando então a dimensão de cultura existentes no Plano Pedagógico da Escola.

Figura 13- Quadrilátero Cultural no Colégio Edith Nobre.



Fonte: Acervo pessoal (2023).

Figura 14- Sala decorada com os elementos do Piauí.



Fonte: Acervo pessoal (2023).

Figura 15- Cortina decorada com grafismos do Parque Nacional da Serra da Capivara.



Fonte: Acervo pessoal (2023).

Ainda que o PPP da escola não apresente de forma explícita conteúdos sobre o Parque Nacional da Serra da Capivara e a História Regional ou Local, há no currículo oculto, a noção de que se deve trabalhar esses temas e os mesmos são incentivados através de trabalhos e atividades cotidianas, como o exemplo do “Quadrilátero Cultural” onde os estudantes participam ativamente na apresentação de conteúdos regionais, como o caso da turma de primeira série do Ensino Médio, que apresentou o Estado do Piauí e aspectos do Parque Nacional da Serra da Capivara.

A Escola Estadual José Leandro, também apresenta um Plano Político Pedagógico, onde se tem uma referência direta ao currículo do Piauí, onde através do texto:

Dentre outros aspectos são alinhados no currículo do Estado do Piauí, disponível no site https://www.seduc.pi.gov.br/arquivos/diretrizes/7-Curriculo_do_Piaui_vf.pdf, que não cabe aqui a descrição detalhada neste projeto, é um documento centralizador, que discorre sobre o processo histórico do Piauí, princípios e concepções, implementação curricular: desafios e possibilidades, e estrutura do currículo descrevendo todas as competências e habilidades que centraliza a ação metodológica e avaliativa do processo de ensino-aprendizagem dentro dos amparos legais para a Educação o Ensino Fundamental e o Ensino Médio (BRASIL, 2023).

Além disso, em seus tópicos de valores, há a menção que aborda “Aprendizagem e valorização da cultura local e regional”, ou seja, a escola tem em seus princípios e documentação a noção de que se deve trabalhar a regionalidade e questões referentes à realidade dos educandos, tentando, portanto, valorizar o que é de sua vivência, potencializando a educação patrimonial. É interessante considerar os PPP’s de ambas escolas e levar em conta como cada escola trabalha de uma forma, mas ainda que de formas diferentes, ambas trabalham a questão a Educação voltada para o Local e Regional.

4.1.3 Os livros didáticos

Foram analisados 10 livros didáticos, utilizados em duas escolas do município de Coronel José Dias e duas escolas de São Raimundo Nonato. Ao analisá-los observa-se que apenas dois deles apresentam conteúdo de Arqueologia, pré-história e história local. O que não significa que os conteúdos regionais não sejam trabalhados e que não haja livros didáticos que abordem o tema.

Foi realizada uma análise qualitativa, do conteúdo dos livros didáticos observando o tema trabalhado, o conteúdo, a forma como o mesmo é entendido, bem como qual a relação que o conteúdo do livro didático tem com esta pesquisa e a dimensão de Arqueologia Pública e Educação Patrimonial.

Em São Raimundo Nonato foi identificado no Colégio de Tempo Integral Edith Nobre a presença de um livro específico para tratar a História do Estado, com o título de “História do Piauí”, que aborda conteúdos referentes ao contexto do Parque Nacional da Serra da Capivara, principalmente a questão da pré-história e o papel do arqueólogo na sociedade.

Em Coronel José Dias, é utilizada a série “História.doc”. No sexto ano do Ensino Fundamental, que atende crianças de onze anos de idade, onde há a referência à História indígena, falando de povos originários e suas relações sociais e produção cultural, remetendo também aos sítios arqueológicos pré-coloniais brasileiros, como o caso do PARNA¹⁴.

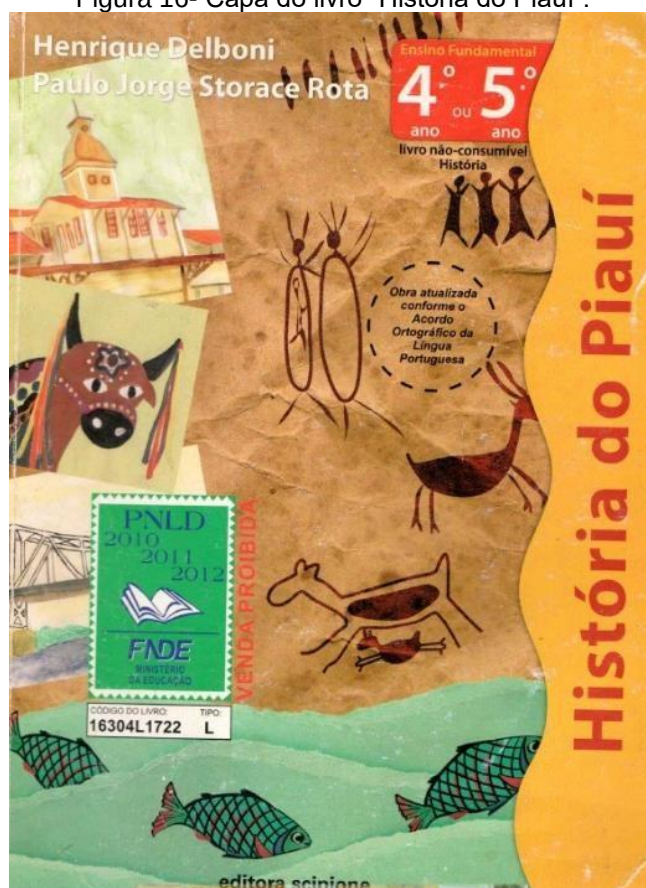
¹⁴ Os outros livros analisados não apresentaram o conteúdo referente ao Parque Nacional da Serra da Capivara, bem como também não tratam da regionalidade, principalmente devido à seleção de conteúdo externa.

Considerando os livros que tratam da história do Parque Nacional da Serra da Capivara, bem como do papel do arqueólogo, foi realizada a análise do “História do Piauí”, que é um livro que trata especificamente da História Regional, e tem seus capítulos divididos em: Cap 1- Qual o nosso tempo?; Cap 2 – Minha história, nossa história; Cap. 3 – Os primeiros habitantes das terras do atual Piauí; Cap. 4 – Os primeiros encontros entre indígenas e europeus; Cap. 5 – A criação do Piauí; Cap. 6 – Os portugueses trazem os africanos; Cap. 7 – As riquezas da terra; Cap. 8 – Um estado, muitos municípios, várias histórias. Na divisão do capítulo há um capítulo destinado ao Parque Nacional da Serra da Capivara, o Capítulo 3, sobre os primeiros habitantes.

O livro “História do Piauí”, por exemplo, apresenta conteúdos sobre o povoamento da América. Menciona a presença de registros gráficos nas rochas (pinturas e gravuras rupestres) da região. Abaixo, foram selecionadas imagens referentes ao livro, com ênfase nos grafismos rupestres e na ocupação humana.

O livro História.doc trabalha predominantemente a Pré-História e o registro rupestre.

Figura 16- Capa do livro “História do Piauí”.



Fonte: Acervo Pessoal (2023).

A capa do livro, faz referência ao Parque Nacional da Serra da Capivara, dando destaque às figuras dos grafismos rupestres, reconhecendo a importância da região, através desse registro artístico. Dessa forma, dentre as inúmeras possibilidades de representações sobre o Piauí, há o destaque para as imagens sobre o PARNA, com uma valorização do tema, no sentido de que ele é capaz de apresentar à população local a ideia de que esses grafismos esse conhecimento faz parte da História do povo do Piauí, já que está localizada nesse Estado.

O uso do grafismo rupestre como uma referência à arte, torna possível compreender que a mesma seria uma categoria específica do conhecimento, “caracterizada por I. Kant como uma “finalidade sem fim” (Prous, 1999, p. 251). A reflexão acerca da estética, da imagem, no caso da representação de pinturas rupestres em uma capa de livro, é associada a uma noção de que a identidade do “Piauí” está associada aos povos originários, que faz parte da história desse povo e de sua construção coletiva.

A valorização do grafismo rupestre como imagem que se destaca na capa de um livro com circulação estadual, é uma forma de entendê-lo não exatamente como belo, mas como relevante esteticamente no contexto de uma sociedade que recorre ao período pré-histórico.

Os estudos acerca da arte pré-histórica foram realizados na Europa no final do século XIX. A arte pleistocênica europeia passou a ser vista como expressão de práticas mágicas. No Brasil, as pesquisas iniciais apontam que “a maioria dos arqueólogos que trabalham no Brasil prefere procurar apenas informações indiretas sobre os autores dos registros gráficos” (Proust, 1999, p. 255).

Abaixo, há uma sequência de imagens que apresenta grafismos rupestres nos livros didáticos, como forma de compreender a Arqueologia como aquela que trata especificamente da pré-história, o que não corresponde a realidade, pois em Arqueologia há inúmeras especialidades que tratam de tempos históricos e atuais. É, portanto, considerável que ao entender o que é o passado pré-colonial dos povos originários, a expressão mais considerada pelo material didático é o vestígio da arte rupestre. Onde se entende as pinturas como “Desenhos que os seres humanos antigos faziam nas paredes rochosas. Esses registros podem nos dizer muita coisa sobre os primeiros povos que habitavam as terras que hoje são o Brasil” (Delboni; Rota, 2022).

A apresentação do pensamento arqueológico sobre o tema, trazendo para o

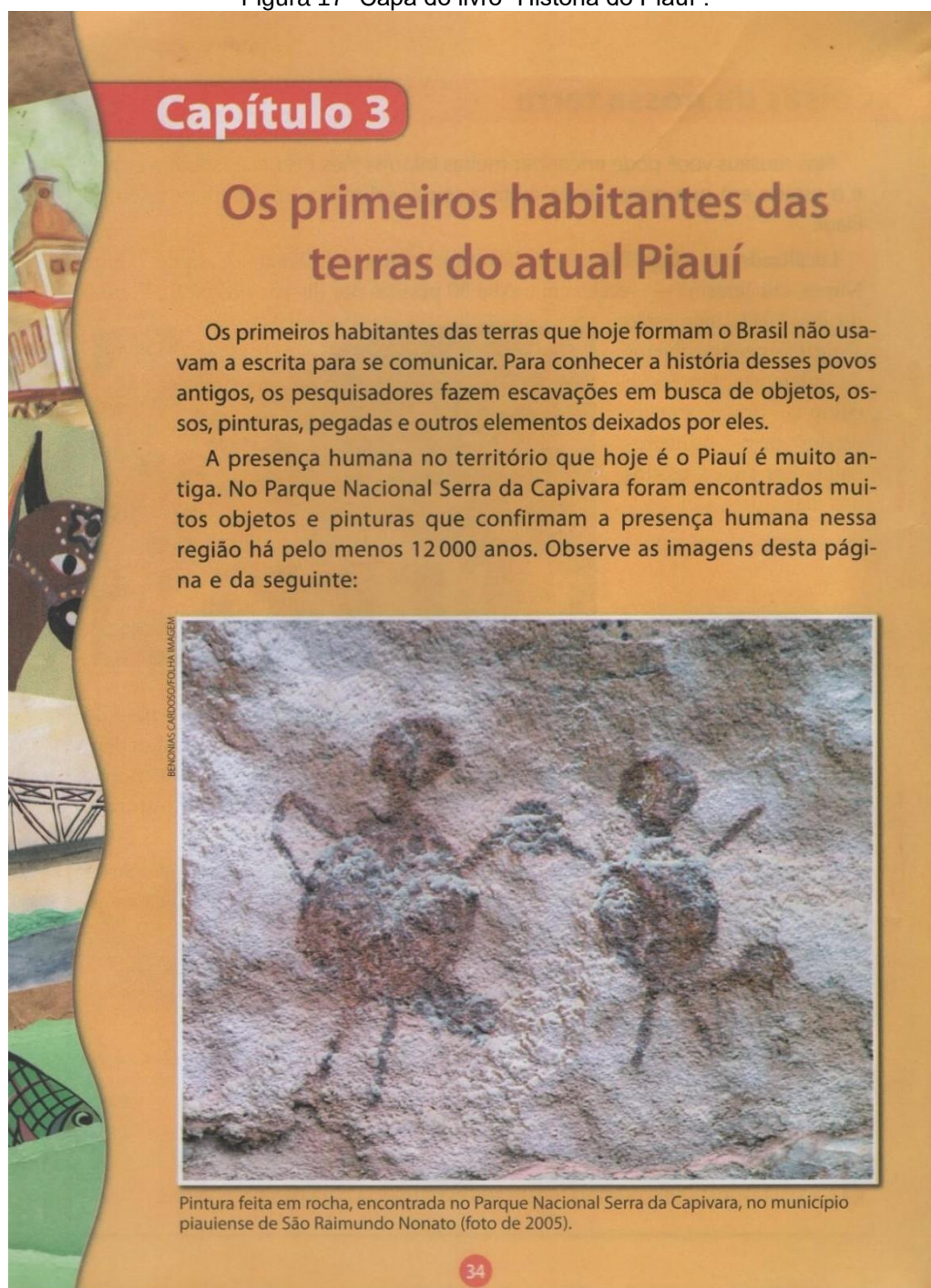
debate também a visão de profissionais da área, bem como sua interpretação do que esses grafismos representam no contexto da sociedade brasileira, percebe-se então que há uma interpretação daquilo que seriam essas pinturas no contexto, entendidas como “representações de animais e seres humanos” (Delboni; Rota, 2022). Há no livro a referência à seis imagens de grafismos rupestres, em alguns casos há uma tentativa de interpretação, como por exemplo, quando se diz que há “um grupo de pessoas dançando em volta de uma árvore” imagem 17 e a Representação de animais.

No capítulo três, fala-se dos primeiros habitantes das terras do atual Piauí, é evidente, que aqueles que povoaram inicialmente o local, não conheciam a terra como Piauí, nem como Estado, no texto aborda-se a questão de que os mesmos não utilizavam a escrita para se comunicar. Levando em conta que no Parque Nacional da Serra da Capivara, foram encontrados objetos e pinturas, que confirmam a presença humana há pelo menos 12 000 anos.

No que se refere às atividades didáticas propostas no livro, podemos compreender melhor qual a dinâmica que se desenvolve com alunos e educadores, e quais são os objetivos com determinados conteúdos. Há, por exemplo, a seguinte atividade “Responda em seu caderno: “Você sabe o que é um sítio arqueológico? Caso a resposta seja positiva, conte o que você sabe aos colegas” “Você já teve a oportunidade de visitar algum sítio arqueológico? Qual?”.

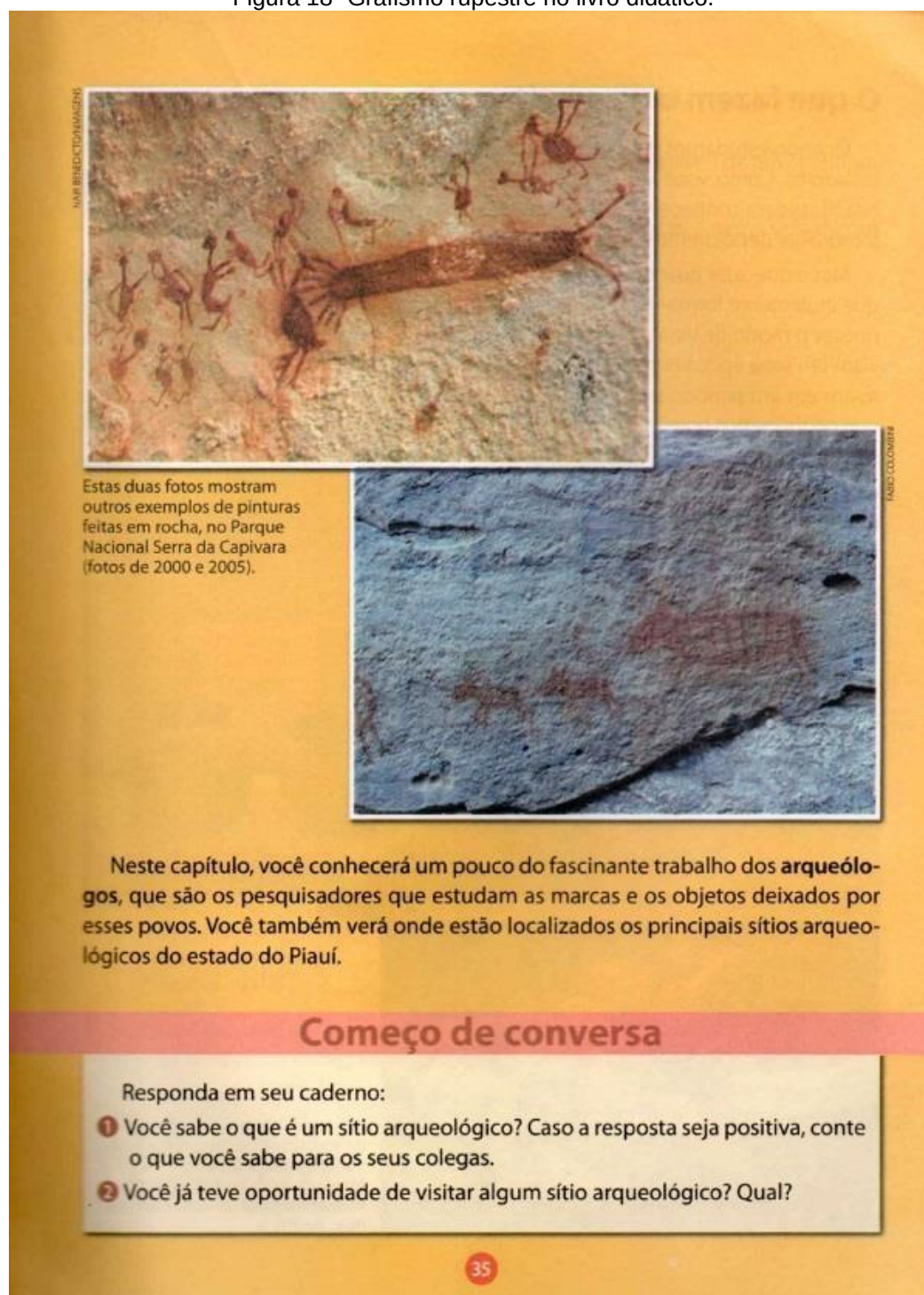
Entende-se, portanto, que o livro considera que aluno carrega algum conhecimento prévio do assunto, no sentido de sem a explicação, pode-se compreender o que é sítio arqueológico e se ele já visitou algum. Como o aluno saberia de tal? Através de sua vivência cotidiana, a descrição do livro e talvez em passeios guiados ao Parque Nacional, através de uma aula expositiva de uma professora interessada no assunto ou até mesmo através de seu interesse pessoal. É, portanto, uma forma de estimular o aluno a conhecer mais sobre o tópico, e também a se envolver em temas que são parte de seu território, sua comunidade, ou seja, temas que são relevantes para o seu entendimento como ser que faz parte de um coletivo.

Figura 17- Capa do livro “História do Piauí”.



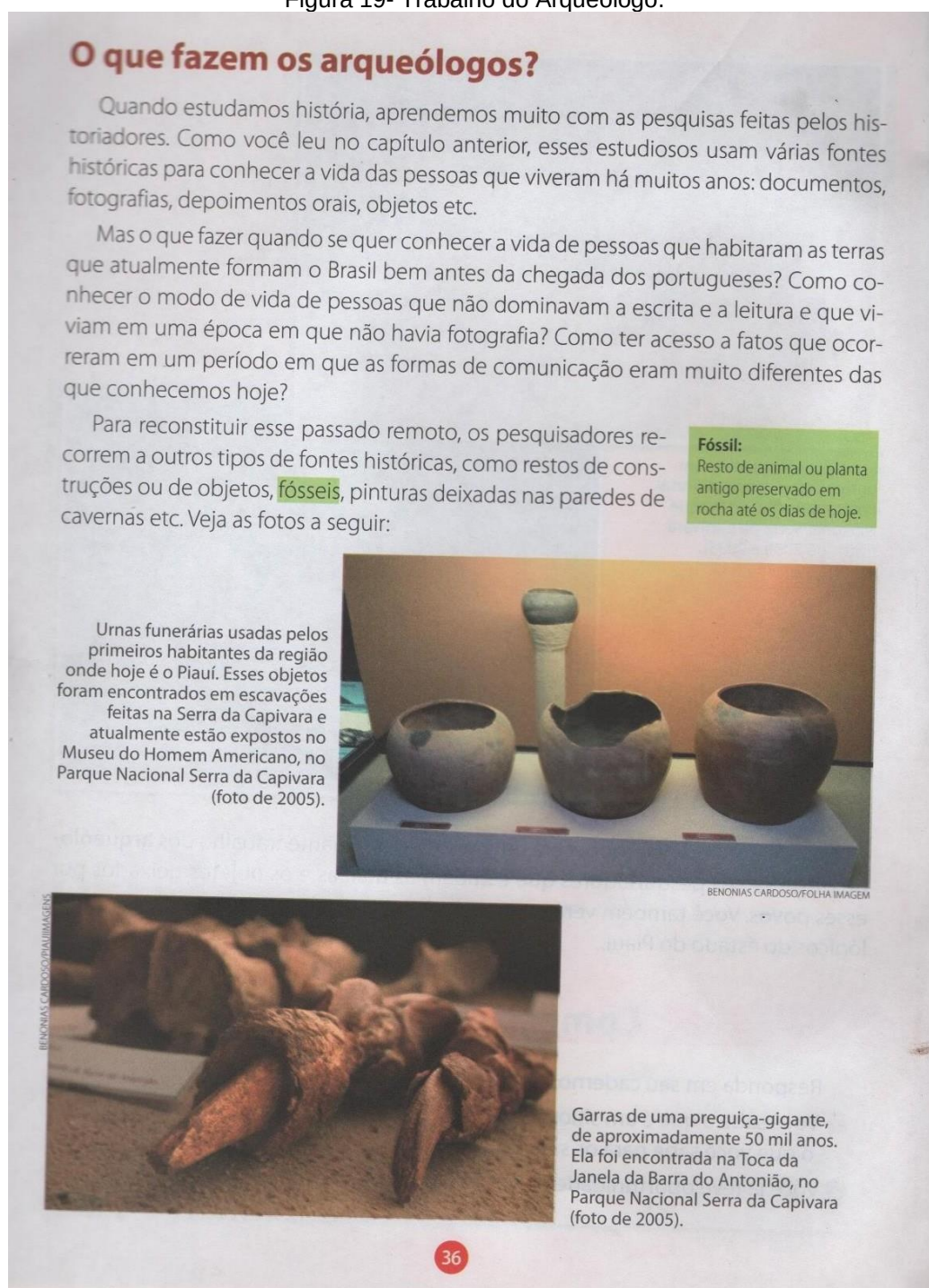
Fonte: Acervo pessoal (2023).

Figura 18- Grafismo rupestre no livro didático.



Fonte: Acervo pessoal (2023).

Figura 19- Trabalho do Arqueólogo.

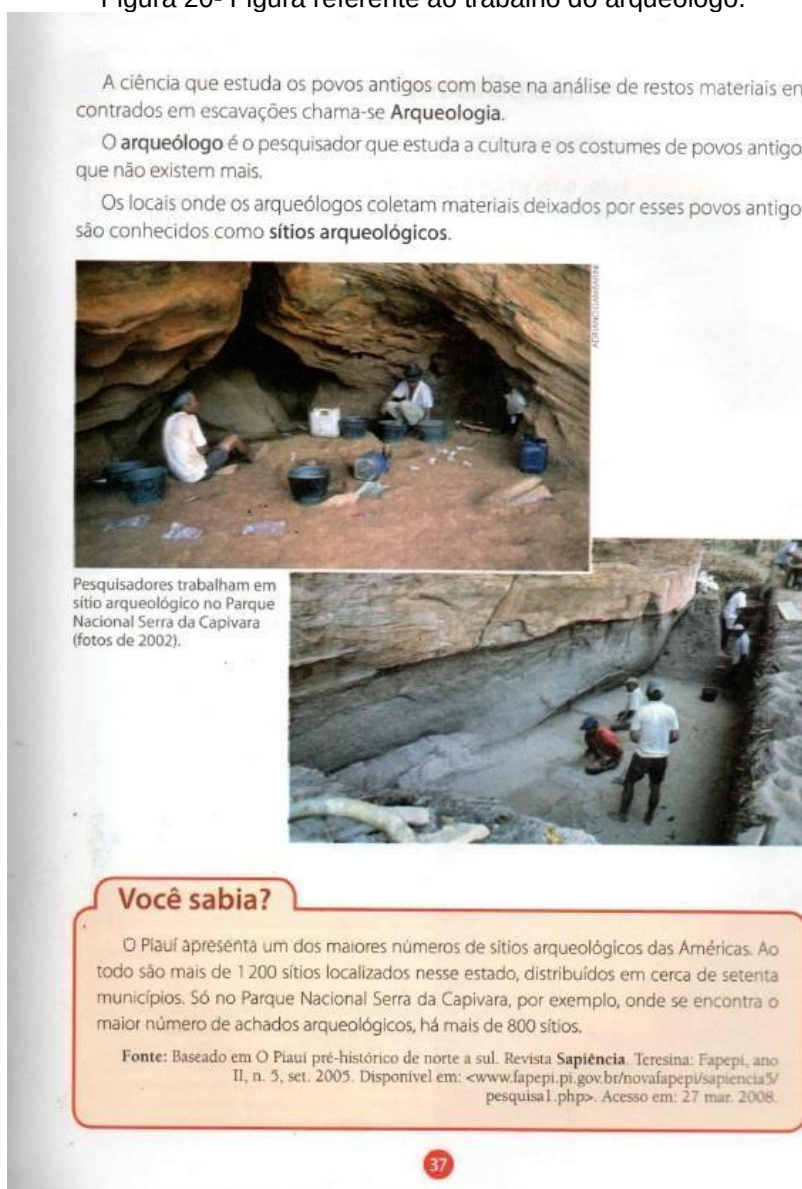


Fonte: Acervo pessoal (2023).

A forma que o livro aborda o ofício do arqueólogo vai de encontro com a função do mesmo? No livro o mesmo é entendido como “o pesquisador que estuda a cultura e os costumes de povos antigos que não existem mais.” É uma definição simples e direta, mas que é compreensível, devido à necessidade do livro abordar conteúdos de forma breve e objetiva. O trabalho acerca da profissão do arqueólogo e

sua importância para o desenvolvimento dos trabalhos no Parque Nacional Serra da Capivara, é um ponto muito positivo para alunos da Educação Básica, no sentido de quem podem despertar em si mesmo, a noção de que têm como possibilidade de exercer a função de arqueólogos, e formaremos quadro profissional de pessoas que trabalham nesse contexto, atuando diretamente na conservação e preservação do bem material¹⁵.

Figura 20- Figura referente ao trabalho do arqueólogo.



Fonte: Acervo pessoal (2023).

¹⁵ Como é caso de diversos alunos do curso de arqueologia da Univasf, que devido ao contato com a vivência em projetos como os NAC's despertaram o interesse para a disciplina e se formaram no curso de Arqueologia. Portanto a inserção do ofício do arqueólogo no livro didático é importante no sentido de apresentar o conteúdo para os mesmos.

Figura 21- Mapa do Piauí.



De olho no mapa

- 1 Observe no mapa abaixo a localização dos principais sítios arqueológicos do Brasil:



- 2 Agora, responda no seu caderno:
- Quantos sítios arqueológicos aparecem no mapa?
 - Quantos aparecem no Piauí?
 - Qual o nome desses sítios?

Figura 22- Grafismos Rupestres na Toca do Nilson do B. da Pedra Solta.



De olho na imagem

1 Observe a imagem:



Pintura rupestre encontrada na Toca do Nilson do Boqueirão da Pedra Solta (Parque Nacional Serra da Capivara).

2 Responda às questões no caderno:

- Onde a pintura foi encontrada?
- Que atividade humana a cena retrata? Justifique sua resposta com elementos da pintura.

3 Agora é a sua vez. Em uma folha à parte, faça um desenho que retrate uma cena que você considere importante no cotidiano da sociedade em que vive. Imagine objetos, lugares, pessoas e situações que retratem o seu tempo. Imagine que daqui a séculos alguém irá observar o seu desenho e passará a conhecer um pouco sobre o modo de vida do começo do século XXI.



Figura 23- Página referente ao PARNA.

Cuidando do nosso passado

Para preservar e estudar as marcas deixadas por povos que habitaram, há milhares de anos, as terras que hoje são o Piauí, foram criados parques. Neles são organizadas as visitas de turistas e as pesquisas aos sítios arqueológicos. O estado do Piauí se destaca no Brasil e no mundo pela presença de muitas áreas de preservação que nos contam uma parte da história da humanidade. Conheça a seguir alguns desses parques:

Parque Nacional Serra da Capivara

Muitos sítios arqueológicos do Piauí encontram-se na região da Serra da Capivara, no município de São Raimundo Nonato.

A Serra da Capivara foi transformada em parque nacional em 1979. O parque ocupa parte dos municípios de São Raimundo Nonato, Coronel José Dias, João Costa e Brejo do Piauí.

Atualmente, na Serra da Capivara há 912 sítios cadastrados. Desses, 657 apresentam pinturas rupestres.

Em 1986, foi criada a Fundação Museu do Homem Americano (Fumdhm) para auxiliar os trabalhos arqueológicos realizados no parque.

Os funcionários da fundação também realizam trabalhos de preservação da caatinga e dos sítios arqueológicos, além de muitas atividades com a comunidade local. Entre essas atividades, estão a apicultura (criação de abelhas) e trabalhos em cerâmica.

Foram criadas também quatro escolas na região, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população. Nessas escolas, as pessoas são preparadas para trabalhar nas diversas atividades ligadas à visitação dos sítios arqueológicos.

Hoje em dia, o trabalho como guia turístico é a principal fonte de renda da população local e uma forma de preservar os sítios arqueológicos da região.

Oficina de cerâmica da Fumdhm, em São Raimundo Nonato, em 2005.



Figura 24- A arqueóloga Niède Guidon.

Desde a década de 1970, a arqueóloga Niède Guidon atua no interior do Piauí, chefiando uma equipe **franco-brasileira**. Estabeleceu a Fundação Museu do Homem Americano e realizou pesquisas que ganharam notoriedade internacional. Guidon datou dezenas de restos de fogueiras, algumas delas com 50 mil anos, muitas com 30 ou 40 mil anos.

Fonte: Pré-história do Brasil, de Pedro Paulo Funari e Francisco Silva Noelli. São Paulo: Contexto, 2005, p. 39.

Franco-brasileiro:
Formado por franceses e brasileiros.

Niède Guidon, em foto de 2005.



Você sabia?

Na Toca do Antonião, na Serra da Capivara, foi encontrado o esqueleto de uma mulher, datado de aproximadamente 12 mil anos.

Além disso, diversas urnas funerárias (enterramentos indígenas) foram encontradas nos sítios dos desfiladeiros da Capivara, com datações que chegam a 4,5 mil anos.



Fonte: Piauí, terra querida, de Enéas Barros. Teresina: Parla Comunicações & Consultoria, 1996, p. 89. Texto adaptado.

Crânio datado de 9 720 anos e objetos de pedra.



Maxilar e canino do tigre-dentes-de-sabre, de cerca de 10 mil anos.



Urnas funerárias datadas de 2 mil a 260 anos. Todas as peças mostradas nesta página foram encontradas na Serra da Capivara e acham-se no Museu do Homem Americano, no Parque Nacional Serra da Capivara.

O livro além de tratar de conteúdos específicos da Arqueologia, apresenta também a questão da presença da equipe Franco-Brasileira e da pesquisadora Niéde Guidon, que é uma figura de destaque nas pesquisas acerca do tema e referência sobre Arqueologia Brasileira, além de ser um ícone nas pesquisas sobre o tema e na divulgação e proteção do patrimônio.

Acima há a referência sobre o mapa do Brasil e seus sítios arqueológicos, no caso, deve-se portanto, analisar de que forma isso é apresentado no livro didático, considerando que a localização dos sítios arqueológicos da cidade de São Raimundo Nonato e Coronel José Dias estão no litoral piauiense, sendo que os mesmos se encontram distantes cerca de 800 km do que é destacado no mapa. É necessário portanto, uma revisão desse tópico, tendo em vista que o livro tem ampla divulgação no Estado do Piauí e inúmeros estudantes têm acesso ao seu conteúdo, ainda que haja esse erro, há também pontos positivos no que diz respeito à valorização da cultura local e de seu patrimônio.

Se observa a partir da análise do livro “História do Piauí”, em especial do “capítulo 3 - Os primeiros habitantes das terras do atual Piauí”, é uma forma possível de se fazer a Educação Patrimonial, onde se valoriza uma dimensão específica da Arqueologia, como os Grafismos Rupestres, mas não exatamente no sentido de excluir outros conteúdos, talvez até porque haja limitações de ordem material, como o limite de conteúdo que em um livro pode abarcar, bem como a necessidade de se apresentar à séries direcionadas um conteúdo objetivo.

O livro aproxima os estudantes da história do Piauí, muitas vezes é o primeiro suporte em que os grafismos são apresentados, mesmo que more e viva no entorno do PARNA.

É somente conhecendo que o estudante será capaz de cuidar e valorizar um bem patrimonial. O livro com seus limites, é uma ferramenta potente no sentido que apresenta os conteúdos e muitas vezes é o único contato que os alunos possuem com determinado tópico. A iniciativa de se criar um livro todo voltado para a História do Piauí, de circulação em redes públicas de ensino, é um ponto positivo para o desenvolvimento da consciência cidadã.

4.2 MUNICIPIO DE CORONEL JOSÉ DIAS

Coronel José Dias é um município que tem sua história similar à do Parque Nacional da Serra da Capivara, com sua origem no século XVII. Havia luta pela posse de terras, onde o jovem Vitorino Dias Paes Landim, tomou conta desta região, expulsando, os indígenas e construindo casas e roças para a criação de gado. No século XIX, três fazendas foram utilizadas como base para o nascimento da cidade: Serra Nova; Boqueirãozinho e Serra Talhada. Assim como a cidade de São Raimundo Nonato, as fazendas em Coronel José Dias, iniciaram sua produção com a maniçoba, passando a se chamar Várzea Grande em primeiro de abril de 1855.

No ano de 1910, chegaram à fazenda de Várzea Grande o Coronel José Dias, que deu nome à cidade, o mesmo era, advogado e promotor de justiça no sul do Piauí, com um grande número de imigrante dos estados da Bahia, Pernambuco, Ceará e Alagoas. Coronel José Dias está localizado na região nordeste, no sudeste do Piauí, com clima quente e seco, sua superfície é de 1.796,3 km², tem uma população de 4.416 habitantes. A cidade localiza-se no sopé do Parque Nacional da Serra da Capivara a 33 km de São Raimundo Nonato e a 548 Km de Teresina.

A religião predominante é a católica, o padroeiro do município é São Pedro, cuja festa é comemorada no dia 29 de junho. São Pedro foi escolhido como padroeiro pela população desde o século XIX para amenizar o cangaço daquela época que era muito constante. O primeiro Prefeito do município de Coronel José Dias foi Valdy Cesário de Oliveira. O segundo Prefeito, o engenheiro civil, Dr. Ramiro da Silva Costa que governou 8 anos.

Atualmente Coronel José Dias possui uma prefeitura, um centro de convenções, 21 escolas, há também grande fonte de renda voltada para o turismo e a produção de cerâmicas de alvenaria é artesanal.

4.1.4 Equipamentos do município

A cidade conta com uma estrutura voltada principalmente para o turismo e a cultura, em seu desenvolvimento tem a produção artesanal da Cerâmica da Serra da Capivara, onde os moradores locais e aqueles que fazem parte da região, são empregados e trabalham cotidianamente com temas referente à Serra da Capivara. Além desse local, que é mais voltado para o lado comercial e turísticos, a cidade conta

com grande parte do Parque Nacional da Serra da Capivara, bem como o Museu da Natureza, a ONG Pro-Brasil e Instituto Olho D'água, que fazem trabalhos voltados para a comunidade e incentivando a natureza. Há também uma estrutura pedagógica em que os alunos têm acesso à educação pública desde a creche até o Ensino Médio.

O Parque Nacional da Serra da Capivara foi criado em 1979, no estado do Piauí, como uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, que alterou relação que as pessoas tinham com o território.

O modelo de ordenamento territorial representado pela instalação do parque foi importante para a proteção do patrimônio arqueológico na região, que abriga o maior número de sítios arqueológicos das Américas e é chave para a discussão da origem da chegada do Homo sapiens no continente (Rodrigues, 2017, p. 59).

Em 1991, o PARNA foi reconhecido como Patrimônio Mundial, num processo que incluiu, tanto o reconhecimento do nível local, estadual e nacional. O reconhecimento como bem mundial se deu pela sua importância arqueológica do sítio, com ênfase na sua arte rupestre e as gravuras nas rochas (Funari, 2009). Dessa forma, é um equipamento cultural de grande importância tanto regional como mundial, no sentido de que resgata o passado da humanidade e apresentar importância histórico-cultural.

Além do Parque há também alguns aparelhos culturais, como o Instituto Olho D'água que foi citado anteriormente e Museu da Natureza (MUNA), que faz parte de uma construção contemporânea que apresenta uma nova visão acerca da museologia, associando a experiência virtual à ciência. O MUNA foi criado, em 18 de dezembro de 2018, situa-se no município de Coronel José Dias, na região do Parque Nacional da Serra da Capivara, no Piauí (UNESCO, 2023).

O MUNA traz a riqueza e a diversidade desse entorno ambiental, com uma exposição composta por doze salas, com sucessões de acontecimentos que apresentam a transformação da região desde o sistema solar, através das fases da pré-história até os dias atuais, onde se encontra o ecossistema atual. Como um equipamento cultural que auxilia no desenvolvimento de uma vivência que valoriza a natureza de forma geral e também específica, mas os visitantes e moradores têm acesso a uma vivência local que compreende tanto aspectos mundiais sobre a importância de um ecossistema em que o ser humano conviva com a natureza, como o saber local sobre esses aspectos da natureza.

No município há também a presença de ONG's externas, que fazem um

trabalho de valorização local, oferecendo cursos e formações voltadas para a realidade local, que é o caso da ONG PRO-Brasil, que tem uma filial na cidade de Coronel José Dias, trabalhando desde questões sociais até ecológicas, plantando mudas típicas da caatinga local. Observa-se, portanto, que a cidade de Coronel José Dias possui uma aparelhagem cultural e social capaz de trazer a população a dimensão de participação e compreensão de sua vivência, assim como a ideia de patrimônio cultural.

4.1.5 Projeto Político Pedagógico: Unidade Escolar Raquel de Oliveira

O Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar Raquel de Oliveira, que fica localizado na cidade de Coronel José Dias – PI, com cerca de 241 alunos matriculados. O seu texto é apresentado na seguinte organização: apresentação, dados de identificação, caracterização da escola, objetivo geral, objetivos específicos, currículo, avaliação, ensino, aprendizagem, organização do trabalho pedagógico da escola, conselho de classe, gestão pedagógica, gestão dos resultados educacionais, gestão financeira, gestão administrativa, planos de ações. No texto, há a sobre a identificação e a relação que a escola possui com a noção de identidade:

O Currículo de Educação Básica da Secretaria de Educação embasa-se na Pedagogia Histórico-crítica e Psicologia Histórico-cultural e, de acordo com a opção teórico-metodológica. Assim, cabe-se ampliar tempos e espaços, sua história, crenças, identidade... dessa forma, o currículo deve ser dinâmico, numa interação entre os princípios éticos, estéticos e epistemológicos. O ensino público constitui um progresso permanente de orientação de políticas públicas comprometidas com o desenvolvimento socioeconômico e com a prática pedagógica responsável e consciente (Brasil, 2023).

Portanto, prevê-se no currículo a noção do trabalho sobre a identidade, levando em conta também a dimensão da psicologia Histórico-cultural, onde se compreende dimensão de que o ser humano devem fazer parte desse local. O trabalho sobre a história regional, está, portanto, associado à esse contexto, mesmo que não esteja escrito de forma explícita. Em sua apresentação, apresenta-se a relação que a escola tem com o PARNA:

A Unidade Escolar Professora Raquel Ferreira de Oliveira fica localizada a 12 Km do Parque Nacional Serra da Capivara, acervo cultural da história da humanidade, que permite a todos, conhecer a história dos nossos antepassados. Atividades realizadas pela escola relacionadas ao Parque falam da importância da valorização e preservação, enfatiza também que é

um grande potencial turístico (Brasil, 2023).

Em seu PPP, nota-se a importância do PARNA, onde o mesmo seria parte de um reconhecimento da humanidade e dos nossos antepassados, onde o mesmo se compromete a falar sobre temas relacionados ao Parque e com suas atividades, ou seja, é previsto em seu documento, que se trabalhe o seu conteúdo associado à identidade local.

4.1.6 Os livros didáticos

Os livros didáticos que são trabalhados na rede municipal de Coronel José Dias, no Colégio Estadual Valdelice Soares Pinheiro, referente à História e Geografia são da editora Saraiva, com o título de História.doc, nota-se em uma análise geral que a maioria dos livros tem um teor eurocêntrico, focando principalmente em conteúdo europeus. Por exemplo, os livros referentes ao oitavo ano, tem o sumário organizado desta forma: 1 – A crise do antigo regime; 2 – A Revolução Francesa, 3- Revolução Industrial, 4- Movimentos de Independência americanos; 5 - Rebeliões e conjurações no Brasil; 6 – A construção do Império do Brasil; 7 – Rebeliões no Brasil Regencial. 8 – A cafeicultura no Brasil escravista; 9- Os Estados Unidos entre o liberalismo e a escravidão; 10- Crise da escravidão e da monarquia no Brasil; 11 – Lutas dos trabalhadores; 12- Nacionalismos em conflito na Europa; 13 – A partilha do mundo entre as nações industrializadas; 14 – Ciências e costumes da sociedade burguesa.

Referente ao nono ano, tem-se o seguinte sumário: 1- A Primeira Guerra Mundial; 2 – A Revolução Russa; 3- A primeira República; 4 – A crise de 1929 eo New Deal; 5- Ascensão do Fascismo e do Nazismo; 6- A Segunda Guerra Mundial; 7- Governo Vargas e Reformas Sociais no Brasil; 8 – Guerra Fria; 9 – Movimentos Sociais na década de 1990; Movimentos de emancipação na África. 11 – Conflito no Oriente Médio; 12 – Argentina e Cuba: ditadura e revolução na América Latina; 13 – Democracia e Desenvolvimentismo no Brasil (1946 – 1964); Brasil: A república dos generais; 15; O Brasil recente entre conquistas e desilusões; 16 A nova Ordem Mundial neoliberalismo e globalização; 17 Guerras sem fronteiras e crise da economia mundial.

A Unidade 1 do sexto ano do Fundamental, abarca a noção de que se deve trabalhar a História indígena no Brasil, o tema de “Os sítios arqueológicos pré-coloniais brasileiros”, não somente isso como o texto é efetivamente trabalhado na

sexta série do ensino médio. O livro tem a seguinte estrutura de sumário: Cap. 1 Tempos e lugares da História; Cap 2 – Nossos antepassados na África e na América; Cap. 3 Egito e Mesopotâmia; Cap. 4 – Hebreus, fenícios e persas; Cap. 5 – O mundo grego; Cap. 6; O mundo romano; Cap. 7: Germanos e Bizantinos, Cap. 8 – O feudalismo europeu; Cap. 9 – Crises e mudanças na sociedade medieval; Cap 10 – O islã em expansão; Cap 11; Povos, reinos e impérios africanos.; Cap. 12 – Os impérios ameríndios.

Figura 25- Conteúdo previsto para a História do sexto ano do fundamental.

História indígena no Brasil

- | | |
|--|---|
| <ul style="list-style-type: none"> • Os sítios arqueológicos pré-coloniais brasileiros; • a cultura dos indígenas do tronco Tupi; • a invenção dos tapuias na etnografia brasileira; • o significado da guerra e da antropofagia na cultura Tupi; • a importância da maloca na organização social dos tupis; • o problema da nomeação dos grupos étnicos da população indígena; • a lógica indígena no escambo com os europeus; • o protagonismo de grupos indígenas na conquista portuguesa; • a hecatombe demográfica na situação colonial; • a importância dos indígenas nos conflitos entre colonizadores europeus; • a ressignificação das tradições dos indígenas submetidos à catequese; | <ul style="list-style-type: none"> • o significado da valorização do indígena no imaginário do Brasil imperial; • a política indigenista no Brasil desde marechal Rondon; • os processos de etnogênese entre populações indígenas do século XX; • a imagem do indígena na tradição do ensino didático brasileiro; • a relação entre a questão da terra e a questão indígena no Brasil contemporâneo; • o papel da Igreja da ação missionária às pastorais indigenistas contemporâneas; • a questão dos direitos indígenas no Brasil contemporâneo. • o papel das mídias sociais e dos comunicadores sociais indígenas no fortalecimento da identidade e da luta por direitos. |
|--|---|

Fonte: Site do e-docente¹⁶ (2023).

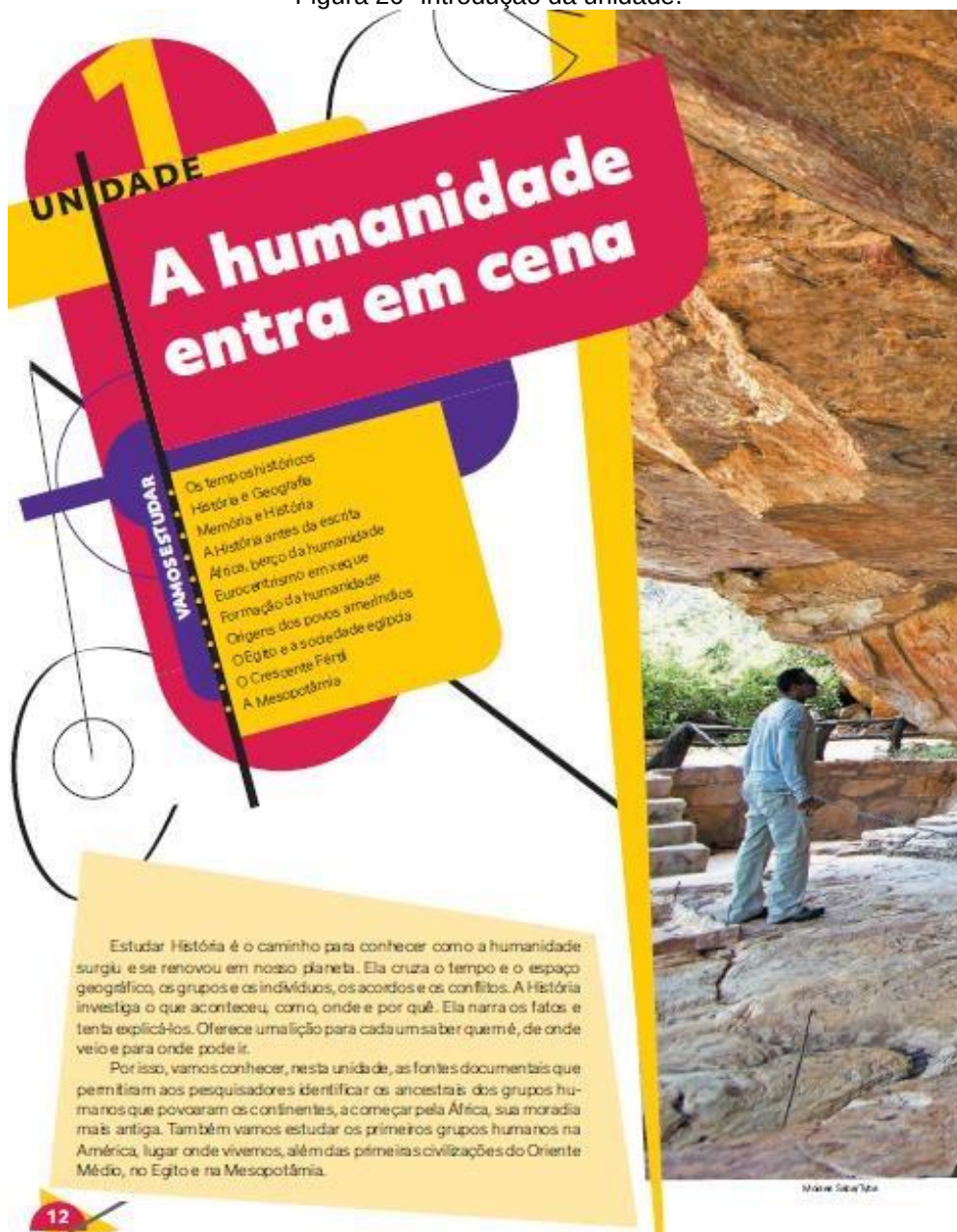
Acima tem-se o conteúdo previsto pela BNCC, considera-se, portanto, que os sítios pré-coloniais brasileiros são, portanto, um tópico a ser trabalhado e desenvolvido junto à outros, prevê então um estudo do passado, assim como no livro anterior, há do passado em que se identifica a origem dos povos em um passado longínquo, em que historiadores e arqueólogos são capazes de compreender essa demanda.

Na unidade 1, referente aos tempos históricos, se trabalha a questão sobre o passado pré-histórico, tanto no Brasil, quanto na Europa. É recorrente a presença de conteúdos referentes ao Parque Nacional da Serra da Capivara, compreendendo sua associação à um bem da humanidade, ressaltando principalmente a questão dos grafismos rupestres e a origem da presença humana e povoamento das Américas. O

¹⁶ Disponível em: <https://www.edocente.com.br/colecao/historia-doc-objeto-1-pnld-2024-anos-finais-ensino-fundamental/>. Acesso: 05 nov. 2023.

que se percebe em comum é que os conteúdos sobre o período pré-histórico são constantemente associados à noção de que a origem da humanidade está nesse período e em um registro marcado pelos grafismos rupestres, que no caso desse livro, tratam-se de fontes históricas.

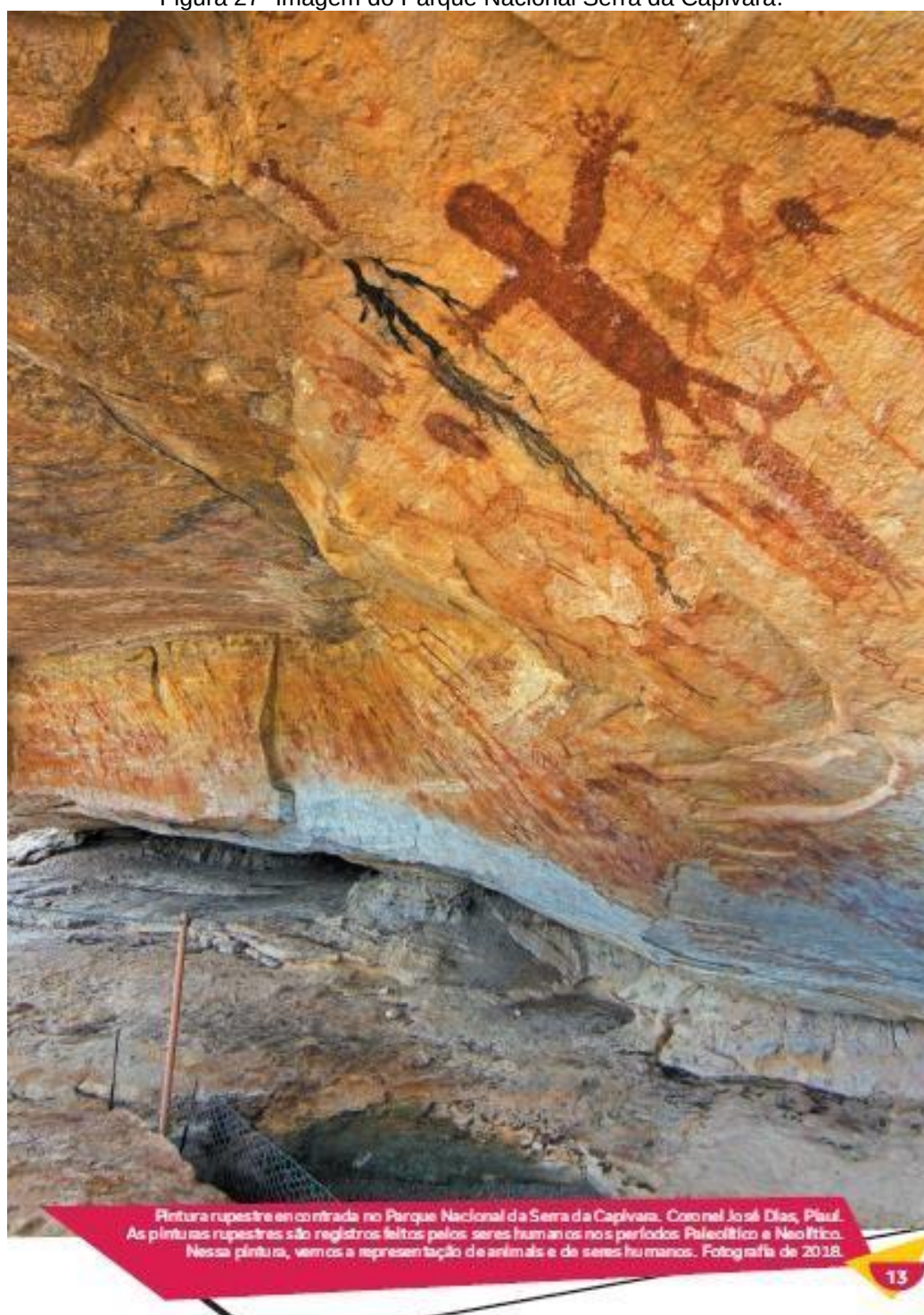
Figura 26- Introdução da unidade.



Fonte: Site do e-docente ¹⁷(2023).

¹⁷ Disponível em: <https://www.edocente.com.br/colecao/historia-doc-objeto-1-pnld-2024-anos-finais-ensino-fundamental/>. Acesso: 05 nov. 2023.

Figura 27- Imagem do Parque Nacional Serra da Capivara.



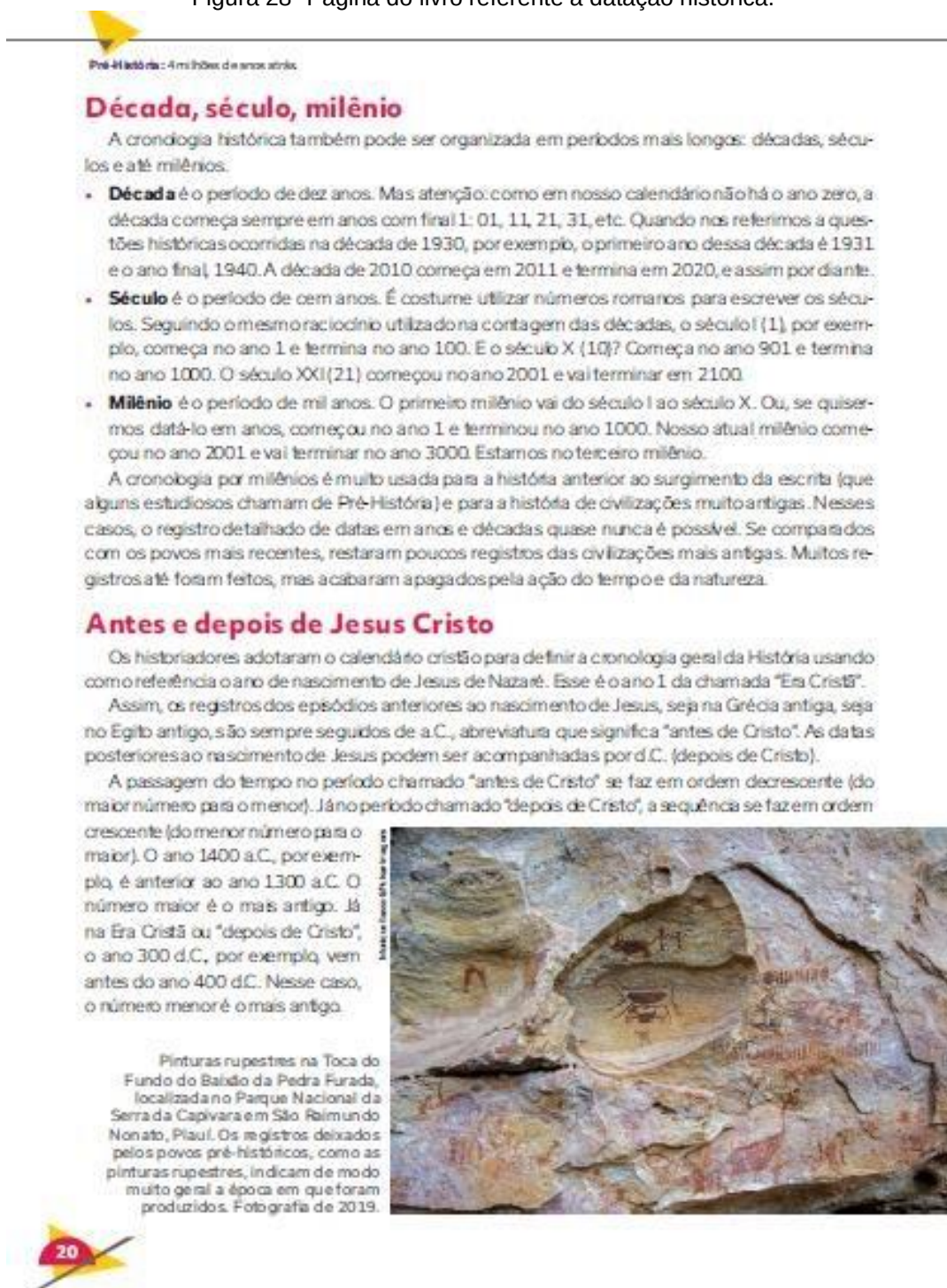
Fonte: Site do e-docente¹⁸ (2023).

¹⁸ Disponível em: <https://www.edocente.com.br/colecao/historia-doc-objeto-1-pnld-2024-anos-finais-ensino-fundamental/>. Acesso: 05 nov. 2023.

As pinturas rupestres são temas recorrentes quando se aborda o tema do Parque Nacional da Serra da Capivara, talvez por sua recorrência, ou talvez por terem também se tornado um ícone da região, levando em conta que sua divulgação e suas imagens circulam nos meios turísticos e comerciais, não somente por isso, mas por terem se tornado um símbolo da cidade, de patrimônio e cultura. No caso os grafismos se tornaram, portanto, um sinônimo de identidade local, onde as pessoas identificam que em sua região abriga a origem da humanidade, que se constata através dos registros rupestres.

A presença dos grafismos nos livros é então relevante no sentido de que aos estudantes, seja de Coronel José Dias ou não, identifiquem que os mesmos fazem parte desse cenário, e não somente isso, eles são símbolos da origem humana na terra, têm-se dimensão daquilo que nós entendemos como a origem da vida na terra, com a noção de que as pessoas recorrem a esse ícone para entender quem são de certa forma. O Parque Nacional da Serra da Capivara é, portanto, apresentado em ambos os livros didáticos como uma forma de recorrer ao que instiga o ser humano, o seu passado, não como forma de compreender o presente, mas como forma de saber que há um ponto em comum em todos nós.

Figura 28- Página do livro referente à datação histórica.



Fonte: Site do e-docente¹⁹ (2023).

Acima existe um debate acerca da datação histórica, onde se considera as ideias de a.C. e d.C., com referência a era cristã, ou seja, uma datação europeia,

¹⁹ Disponível em: <https://www.edocente.com.br/colecao/historia-doc-objeto-1-pnld-2024-anos-finais-ensino-fundamental/>. Acesso: 05 nov. 2023.

baseada em uma religião. Ao se tratar de datação, é interessante observar que se faz referência às pinturas rupestres do Parque Nacional da Serra da Capivara, como um elemento anterior à idade de Cristo, que seria uma referência, portanto, do que seria o a.C. Ainda que apresente uma noção eurocêntrica, é interessante observar que há a referência a algo “local” quando se trata dos grafismos rupestres em São Raimundo Nonato, PI, apresentando para alunos da região conteúdos locais e também aos que não são da região, visto que o livro é nacional e o Parque é um Patrimônio Mundial, ou seja, tem um valor para toda a humanidade.

Figura 29- Página que compara Lascaux e o PARNA.

Entre 4 milhões de anos e 30 mil anos atrás: Idade da Pedra Lascaux ou Período Neolítico
Cerca de 300 mil a nos atrás: Última era glacial

O domínio do fogo

A observação da natureza, dos animais e do mundo ao redor levou os seres humanos a muitas conquistas. O controle do fogo foi muito importante na vida dos primeiros hominídeos, mas esse aprendizado não foi fácil. Primeiro, perceberam que o fogo surgia espontaneamente na natureza, fosse por efeito de um raio ou de um incêndio espontâneo. Perceberam também que o vento reacendia as brasas e mantinha o fogo aceso.

Com o tempo, os seres humanos descobriram que o atrito constante entre dois pedaços de madeira seca podia aquecer a ponto de gerar uma chama, assim como o atrito entre pedras podia gerar faíscas; também perceberam que, se colocassem folhas secas, a chama aumentava. Com o domínio do fogo, os seres humanos puderam aquecer-se quando estava frio, iluminar o interior das cavernas, defender-se de animais e cozinhar alimentos. O ato de sentar-se ao redor do fogo, compartilhando alimentos, ajudou a desenvolver a comunicação e os laços sociais. O domínio do fogo permitiu ainda ao ser humano adaptar-se e viver em diversas partes do mundo, até mesmo em regiões geladas.

Outras histórias

Arte rupestre

As pinturas feitas pelos primeiros seres humanos em cavernas, abrigos ou até ao ar livre são chamadas de arte rupestre.

Animais, plantas e cenas de caça eram desenhados na pedra. No Período Neolítico, os seres humanos passaram a aparecer nos desenhos.

As cavernas de Lascaux, na França, são famosas pela variedade e pelo tamanho das figuras. No Brasil, as pinturas rupestres mais importantes estão no Parque Nacional da Serra da Capivara, no Piauí.



Imagem: Reprodução de uma pintura rupestre da caverna de Lascaux.

Pinturas rupestres da caverna de Lascaux, Patrimônio Mundial da Unesco.
Nova Aquitânia, França. Fotografia de 2017.

- No caderno, componha um texto curto descrevendo o que você vê nessa pintura rupestre. Que motivos teriam levado os povos do Período Neolítico a pintar essas imagens?

Os estudantes devem observar uma cena de animais de diferentes portes (menores e maiores) em aparente fuga ou migração.

Unesco: sigla da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (em inglês, United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization).

32

Fonte: Site do e-docente²⁰ (2023).

²⁰ Disponível em: <https://www.edocente.com.br/colecao/historia-doc-objeto-1-pnld-2024-anos-finais-ensino-fundamental/>. Acesso: 05 nov. 2023.

O texto acima aborda dois tipos de grafismos, das cavernas de Lascaux do Parque Nacional da Serra da Capivara, onde cada uma é apresentada de forma que compreenda sua importância em seu cenário, mas também no cenário mundial. É interessante pontuar que não há a apresentação de um conflito sobre a importância de um grafismo outro, tratando ambas de forma que se considere as especificidades de cada um, sem uma hierarquia estabelecida.

Observa-se que não um conteúdo específico referente à história local ou regional, o que não significa necessariamente que o tema não é trabalhado, como alternativa à ausência do conteúdo nota-se que a disciplina PARNA é capaz de suprir a necessidade de estudo do conteúdo referente à História Regional e Local, dessa forma, pelo livro didático ter uma produção centralizada na região sudeste e com conteúdo de teor eurocêntrico, não impossibilita o trabalho sobre questões patrimoniais, mas pode também auxiliar na compreensão do conteúdo, se associar questões referentes aos períodos históricos à realidade do conteúdo.

4.3 OS LIVROS QUE CONTAM O PASSADO DA SERRA DA CAPIVARA

Desde o período pré-colonial a espécie humana registra suas impressões em forma de grafismos ou gravuras nas rochas, como uma maneira de eternizar momentos, na tentativa de se comunicar. Mais tarde, na antiguidade, outros suportes foram escolhidos, para registrar a história e os avanços intelectuais da humanidade. Ainda hoje os livros são utilizados nas escolas como suporte de informações, necessárias a todos os níveis da educação. É na escola que se desenvolve essa relação, e onde o uso do livro didático, ganha sentido.

Será que os resultados das pesquisas realizadas nessa região, conhecidos mundialmente, são discutidos e contemplados nas escolas que estão na área arqueológica Serra da Capivara²¹, diante deste questionamento busca-se compreender se os conteúdos referentes às pesquisas arqueológicas realizadas nessa região estão presente nos livros didáticos de crianças e adolescente da rede pública dos municípios aqui estudados, considerando que o Parque com cerca de 1.300 sítios com pinturas e gravuras rupestres e datações antigas para a América, é

²¹ MARTIN, Gabriela. Pré-história do Nordeste do Brasil. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1996. p.395

um universo com grande potencial pedagógico, associado aos estudos arqueológicos. Onde tanto para humanidade, mas principalmente para aqueles que vivem nesta região. “A Área Arqueológica Serra da Capivara compreende um espaço ecológico que abriga dois parques nacionais (Parque Serra da Capivara e Parque Serra da Confusões) e um corredor ecológico entre eles, está localizada no sudeste do Piauí” (Cisneiros, 2011).

Nas escolas analisadas, são utilizados diferentes livros didáticos e de diferentes formas no CETI Edith Nobre, o livro “História do Piauí” não é utilizado como o livro principal da disciplina História, mas é utilizado como um recurso complementar às aulas, onde o professor tem como base o material para trabalhar a regionalidade. No caso da Unidade Estadual José Leandro e das escolas municipais Raquel Ferreira de Oliveira e Unidade Escolar Valdelice Rodrigues Nunes.

Em uma pesquisa acadêmica para analisar os livros didáticos é necessária uma metodologia. Ao entender a relação dos livros didáticos com a exploração do tema da Serra da Capivara. Teixeira (2003) entende que a pesquisa científica carrega a noção de sua atividade básica da ciência, onde a construção da realidade carrega a noção de vincular pensamento e ação, nada pode ser um problema intelectualmente se em primeiro lugar não tiver sido um problema na vida prática.

A metodologia, portanto, seria a parte prática da atividade acadêmica, ou seja, é momento em que o pesquisador realiza a sua atividade de análise do que é concreto, dos resultados, da “realidade”. É a partir do olhar da metodologia que se institui e se encaminha para os resultados, onde se tem então o “produto” da pesquisa, se fosse uma lógica simplesmente mercadológica.

Para que se realize a pesquisa é necessário escolher qual metodologia se enquadra melhor para o tema de estudo, no caso, a análise de dados é, portanto, “ferramenta” escolhida para compreender as informações que os livros didáticos podem fornecer sobre o Parque Nacional da Serra da Capivara, bem como o que se pode descobrir de novo, quais são as ideias, os problemas e todo um universo de questões que uma fonte histórica pode trazer como contribuição para aqueles que pesquisam e que leem.

De acordo com Minayo (2016), compõe-se de três momentos: fase exploratória da pesquisa, trabalho de campo e tratamento do material. Nas pesquisas que se trabalham com dados, existe então a etapa de coleta de dados, onde na outra fase, tem-se a pesquisa e a análise e interpretação dos mesmos, são os processos

distintos:

A análise tem como objetivo organizar e resumir os dados de tal forma que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação. Já a interpretação tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos (Gil, 1999, p. 168 *apud* Teixeira 2003).

A análise dos dados é, portanto, o que dá sentido, para além dos dados, é quando se forma sentido, significado. As análises de dados na pesquisa qualitativa, (Teixeira, 2003) identifica: análise etnográfica, análise narrativa, análise fenomenológica, método comparativo constante, análise de conteúdo e indução analítica. Considerando a análise qualitativa, a análise de dados se dá simultaneamente com a coleta de dados.

A pesquisa qualitativa tem relação com a noção de que se há uma interpretação das narrativas, mais voltadas para uma análise social. Na pesquisa de caráter quantitativo geralmente os dados coletados são submetidos à análise estatística, com a ajuda de computadores. De acordo com a análise quantitativa, como relata Roesch (1996, p. 142):

podem-se calcular médias, computar percentagens, examinar os dados para verificar se possuem significância estatística, podem-se calcular correlações, ou tentar várias formas de análise multivariada, como a regressão múltipla ou a análise fatorial. Estas análises permitem “extrair sentido dos dados”, ou seja, testar hipóteses, comparar os resultados para vários subgrupos, e assim por diante.

Já a pesquisa qualitativa tem as características essenciais:

tem o ambiente natural como fonte direta de dados; o pesquisador como instrumento fundamental de coleta de dados; utilização de procedimentos descritivos da realidade estudada; busca do significado das situações para as pessoas e os efeitos sobre as suas vidas; preocupação com o processo e não simplesmente com os resultados e o produto, e privilégio ao enfoque indutivo na análise dos dados (Bogdan; Biklen *apud* Godoy, 1995; Triviños, 1987; Merriam, 1998²²).

É realizada uma análise qualitativa, para entender as informações presentes no livro. Os livros didáticos para análise são selecionados de dois municípios da região: Coronel José Dias e São Raimundo Nonato – PI. A seleção ocorreu devido à proximidade das cidades ao cotidiano da pesquisadora, bem como pela sua inserção nas escolas públicas como educadora no município de São Raimundo Nonato.

²² O Ciclo I da Educação Fundamental equivale aos cinco primeiros anos de estudo (do 1º ao 5º ano).

São analisados os livros didáticos de duas escolas de Coronel José Dias – PI: Unidade Escolar Raquel Ferreira de Oliveira, e trabalha com a educação Infantil que trabalha dos 0 aos 5 anos de idade, e Unidade Escolar Valdelice Rodrigues Nunes que vai dos seis até os quatorze anos.

No município de São Raimundo Nonato – PI, foram analisados os conteúdos dos livros didáticos das escolas, CETI Edith Nobre e Unidade Estadual José Leandro, que abrange as mesmas séries e idades referentes ao Ensino Médio, de idade de 14 aos 17 anos. De acordo com as bases curriculares nacionais, cada série tem seu parâmetro curricular que especifica o que deve ser ensinado. Existe, portanto, as Leis de Diretrizes e Bases da Educação.

De acordo com o Parâmetro Curricular Nacional, têm-se os padrões, como por exemplo, no caso dos objetivos de História para o primeiro Ciclo:

Espera-se que ao final do primeiro ciclo os alunos sejam capazes de: comparar acontecimentos no tempo, tendo como referência anterioridade, posterioridade e simultaneidade; reconhecer algumas semelhanças e diferenças sociais, econômicas e culturais, de dimensão cotidiana, existentes no seu grupo de convívio escolar e na sua localidade; reconhecer algumas permanências e transformações sociais, econômicas e culturais nas vivências cotidianas das famílias, da escola e da coletividade, no tempo, no mesmo espaço de convivência; caracterizar o modo de vida de uma coletividade indígena, que vive ou viveu na região, distinguindo suas dimensões econômicas, sociais, culturais, artísticas e religiosas; identificar diferenças culturais entre o modo de vida de sua localidade e o da comunidade indígena estudada; estabelecer relações entre o presente e o passado; identificar alguns documentos históricos e fontes de informações discernindo algumas de suas funções (Brasil, 1997, p. 39-40).

Portanto, no primeiro ciclo, os parâmetros curriculares nacionais, apresentam a sugestão de trabalhar a história pré-colonial, e a localidade, no caso desta região, incluem os conteúdos arqueológicos referentes ao Parque Nacional da Serra da Capivara considerando que atende a um tema deste município e região.

valorizar o patrimônio sociocultural e respeitar a diversidade, reconhecendo-a como um direito dos povos e indivíduos e como um elemento de fortalecimento da democracia (Brasil, 1997, p. 33).

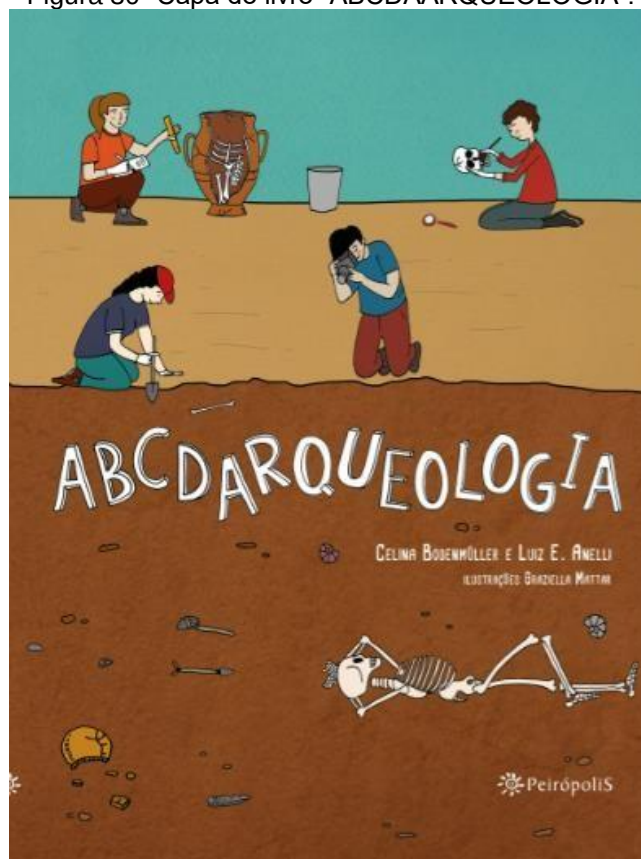
Dentre os objetivos para o Ensino Fundamental, existe um tópico que está associado à questão do trabalho, a ideia de que se deve trabalhar o patrimônio histórico. Partindo dessa noção, entende-se que, a previsão do currículo nacional, de que se deve trabalhar o patrimônio sociocultural, é também um elemento positivo para o fortalecimento da noção de história Local e Regional, que trabalha a identidade.

Nas análises realizadas sobre os livros didáticos, ainda que de forma breve,

entende-se que há a presença dos conteúdos nos livros didáticos, ainda que de forma breve, a presença de assuntos referente ao Parque Nacional da Serra da Capivara e sobre a Arqueologia, contribuem tanto para o pensamento cidadão como para a noção de pertencimento e identidade da comunidade que convive com o bem patrimonial, sendo capaz de gerar valores e uma noção atitudinal de respeito a esse bem, a partir do conhecimento e reconhecimento domesmo, as pessoas são capazes de preservá-lo. Os livros apresentam então um teor satisfatório no que diz respeito a associação à História Local, ainda que seja necessário rever alguns pontos, e elaborar mais conteúdo.

Além dos livros didáticos, foram selecionados também livros paradidáticos, um deles é o “ABCDARQUEOLOGIA” de Celina Bodenmüller e Luiz E. Anelli da editora Peirópolis, que considera tanto o tema da Arqueologia quanto apresenta questões importantes sobre o PARNA em forma de dicionário.

Figura 30- Capa do livro “ABCDARQUEOLOGIA”.

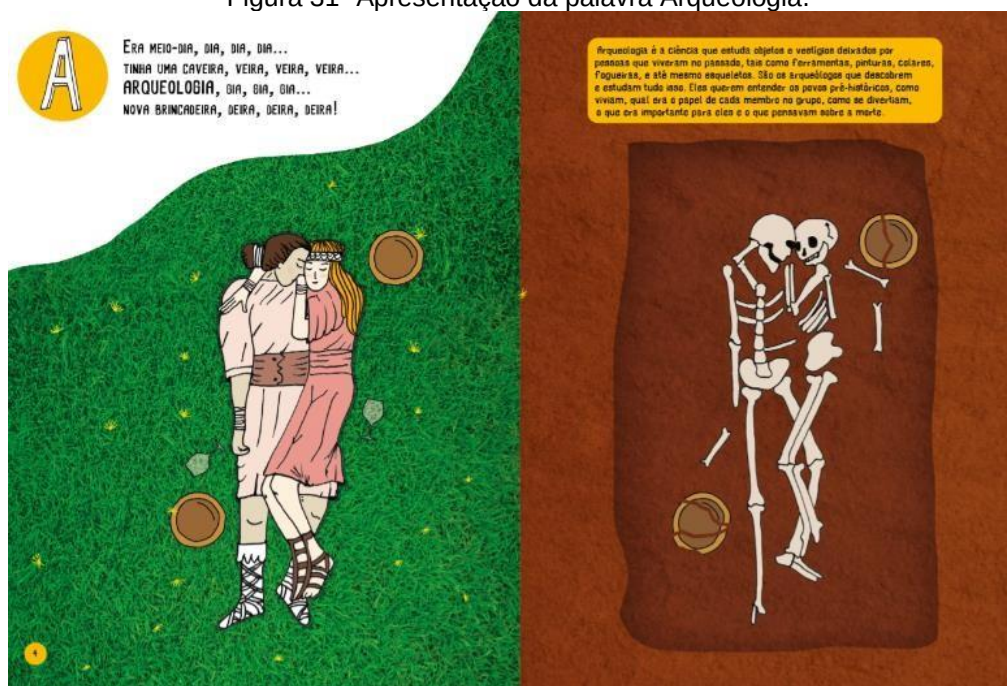


Fonte: Bodenmüller e Anelli²³ (2023).

²³ Disponível em: <https://www.editorapeiropolis.com.br/produto/abcdarqueologia/>. Acesso em: 20 nov. 2023.

O livro acima propõe um exemplo de dicionário arqueológico, onde estudante recebem de forma lúdica termos relacionados ao tema, bem como representações locais de sítios arqueológicos e áreas protegidas, bem como figuras que são simbólicas na área como a Prof. Dr^a Niéde Guidon. O trabalho tem um tom lúdico, com uma representação de dicionário que trabalha com umalinguagem em forma de rima e totalmente ilustrado. A primeira palavra do dicionário é “A” de Arqueologia.

Figura 31- Apresentação da palavra Arqueologia.



Fonte: Bodenmüller e Anelli (2023).

A Arqueologia é apresentada de forma simples e lúdica, de forma que uma criança possa compreender, associado então ao desenho, que torna mais simples sua linguagem. Além de apresentar o verbete como forma de cantiga, a explicação sobre o termo simples e objetiva, a “Arqueologia é a ciência que estuda objetos e vestígios deixados por pessoas que viveram no passado [...]”

São os Arqueólogos que descobrem e estudam tudo isso Eles querem entender os povos pré-históricos [...]” (Bodenmüller; Anelli, 2023, p. 5). Dentre os inúmeros verbetes apresentados, na letra S, há o nome “Serra da Capivara”, em sua descrição há

Na serra da Capivara, está a maior concentração de sítios arqueológicos da América do Sul e maior quantidade de pinturas rupestres conhecida no mundo. Os arqueólogos acreditam que ali, há mais de 50 mil anos, moraram os primeiros habitantes das Américas. A região é cercada pela caatinga, onde vivem o xique-xique, a jurema e o madacaru: o mocó, o gato-do-mato, o lagarto e o tatu. Conhecer a serra da Capivara é tão emocionante como ver a neve ou

o mar pela primeira vez (Bobenmuller; Anelli, 2023, p. 40).

A forma como O PARNA é apresentada no texto, apresenta uma forma criativa de o apresentar, de forma que pode despertar o imaginário de quem o lê, aquele que não o conhece e é apresentado a ele como algo emocionante, cativa o leitor. Além disso, há também a apresentação das tocas, que são “Os abrigos onde os habitantes pré-históricos da serra da Capivara se protegiam e faziam suas pinturas que são hoje chamadas de “tocas”. “Toca do Boqueirão da Pedra Furada, Toca do Sítio do Meio, Toca do Juvenal, Toca do Serrote do Júlio e muitas outras, todas abertas à visitação. Nelas, é possível ver lindas pinturas de até 20 mil anos de idade” (Bobenmuller; Anelli, 2023, p. 42).

Além dos outros verbetes, há uma referência à doutora Niède Guidon da seguinte forma:

Niède realizou seu sonho. A Valente matriarca salvou nosso patrimônio. Assim como Noé, que chamou os animais para sua Arca, salvando esse grande tesouro da inundação, a arqueóloga Niède Guidon lutou durante toda a vida para construir o Parque Nacional Serra da Capivara. Ali está preservando o maior patrimônio arqueológico da nossa pré-história. São milhares de pinturas rupestres, ferramentas da pedra lascada, abrigos e esqueletos de antigos habitantes das Américas do Sul (Bobenmuller; Anelli, 2023, p. 30).

A referência à doutora Niède Guidon associada ao Parque é recorrente no livro, onde se trata da figura individual da pesquisadora como um ícone na preservação e conservação da área, tanto para o PARNA quanto para o desenvolvimento das pesquisas arqueológicas, a apresentando como um personagem essencial e chave nesse contexto.

4.4 MUNICÍPIO DE SÃO RAIMUNDO NONATO

O estudo sobre as questões patrimoniais de São Raimundo Nonato, associados à educação e livros didáticos, considera que há uma estrutura capaz de abrigar a dimensão da Educação Patrimonial, no sentido que as escolas levam em conta o tema abordado, bem como ideia de que se deve-se atribuir também a estrutura cultural e educacional da cidade. Os livros que apresentaram o conteúdo, nos levam a entender que há o trabalho de Educação patrimonial através dos materiais didáticos.

Ainda assim é interessante observar que existem atitudes e projetos que tornam eficazes a vivência sobre o tema regional, um exemplo positivo, é a realização

do quadrilátero cultural, no Colégio Estadual CETI Edith Nobre, onde o tema é relacionado à estados nordestinos, e se tem o incentivo a trabalhar temas locais com a presença do trabalho acerca do Piauí, nesse sentido é então trabalhada a noção de regionalidade, bem como a noção de que o Parque Nacional da Serra da Capivara é um ponto de grande importância nesse contexto. Os próprios alunos são responsáveis pela elaboração das apresentações, o que os motiva a conhecer o tema e serem protagonistas no processo educativo, não sendo apenas detentores do conhecimento.

Dessa forma, além dos muros da escola, São Raimundo tem diversas questões que incentivam a preservação patrimonial, dentre as questões relacionadas a realização de festivais, como também a ideia de que se deve valorizar a cultura local. As Universidades e autarquias, como a FUMDHAM e o IPHAN contribuem para essas ações, através da produção de materiais e de atividades que valorizem a regionalidade e a população do local.

Sendo assim as cidades conta com um aparato cultural e estrutural capaz de promover a identidade e a cidade, considerando que são formas de se reconhecer e atribuir valor as questões vivenciadas pelos moradores do local.

4.5 MUNICÍPIO DE CORONEL JOSÉ DIAS

O caso de Coronel José Dias, apresenta um reforço positivo, no sentido de que em seus históricos apresenta atitudes para a construção de uma vivência que valorize o Parque Nacional da Serra da Capivara em culminância com a sociedade do entorno, onde se tem um aparato cultural vasto, que compreende desde o lado pedagógico, até o lado voltado para a valorização do turismo.

Em seu histórico, existiram os NAC's que deixaram um legado, bem como a implementação de empresas como a Cerâmica Serra da Capivara, que propicia empregos na região voltados para a marca local inspirada na pré-história e nos grafismos rupestres da região, uma experiência que associa o passado ao presente, dando sentido a população local através do trabalho, promovendo também a valorização da cultura local, a presença do PARNA no local, incentivando também a visita de turistas ao local, provendo além de renda, o reconhecimento de pessoas de diversos lugares acerca do Patrimônio Mundial. A experiência através da educação formal apresenta que é possível compreender a importância da cultura local, através do PPP da escola, por exemplo, se percebe que é previsto o ensino acerca do Parque

Nacional Serra da Capivara, como forma de promover a identidade. Nesse sentido, agregando também ao uso do livro didático, que mesmo que em alguns casos não tenha o conteúdo formalmente no livro, é trabalhado de forma alternativa, como na disciplina, PARNA.

Atuação de ONG's como o Instituto Olho D'água, promovem um trabalho efetivo, que valoriza a educação de diversas formas, e também compreender a vivência da população local, que além de um lugar passivo, é protagonista nesse processo, que envolve diversos públicos, ambas as cidades são potenciais no que se refere à Educação Patrimonial e apresentam um reforço positivo no que se entende com o trabalho à História Local e relação com a população.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A região do Parque Nacional da Serra da Capivara teve sua importância reconhecida, devido à presença das pinturas e gravuras rupestres encontradas em seu território. A partir desta descoberta e, com o desenvolvimento das pesquisas em Arqueologia, firma-se como sendo o cenário principal onde foi escrita a pré-história no primeiro livro didático desta região, a rocha. Logo se constata através de vestígios arqueológicos, a presença de povos pretéritos presentes há milhares de anos. Este tema deve ser abordado de forma pedagógica, principalmente nas escolas da região, para incentivar a comunidade local a reconhecer a importância de sua ancestralidade, e entender o que o mundo já consagrou como Patrimônio Mundial da Humanidade. Sendo assim, devido a sua importância patrimonial e seu potencial para a formação de uma identidade coletiva e individual.

O presente trabalho é uma tentativa de contribuir com as pesquisas em Arqueologia e Educação, dessa forma entende-se que através da análise, ainda que breve de livros e equipamentos culturais, pode-se compreender que eles contribuem para o desenvolvimento de uma consciência cidadã e que tornam possível que a comunidade faça parte dessa vivência. A elaboração de cartilhas patrimoniais e jogos, são formas lúdicas de levar até à comunidade estudantil essa ideia de que o local em que vivem os pertences e que deve ser preservado.

A análise de documento como os Projetos Políticos Pedagógicos, apresentam como é importante trabalhar a regionalidade e a cultura local, isso com a justificativa de que sua menção é importante para uma vivência participativa e colaborativa. Além dos PPPs, os livros didáticos foram entendidos na pesquisa como uma forma de implementar práticas que levem o estudante e aluno a refletir o quanto sua vivência e entorno são importantes para sua constituição como pessoas.

Quanto à análise dos livros didáticos é importante levar em conta que a pesquisa contou com o número de dois livros que apresentavam o conteúdo, em um total de dez livros pesquisados. Nisso há um certo limite nos resultados, que foi de certa forma, breve e considerou um número de livro que reduziu expectativa de conteúdo, ainda assim, outros documentos foram relevantes nesse sentido, como os PPP's e livros paradidáticos como o "ABCDÁRIO DA ARQUEOLOGIA".

O que se pode compreender através da pesquisa, é que há uma experiência muito positiva referente ao trabalho relacionado à Educação Patrimonial nos dois

municípios, através tanto das escolas, quando do Instituto Olho D'água que faz um trabalho modelo de Educação Patrimonial no que se refere à integração da comunidade, onde se tem projetos e estímulos à integração da sociedade à vivência relacionada à noção de que a Cultura, História e Memória são parte de sua realidade. Além disso, os cursos universitários, bem como o IPHAN e FUMDHAM, colaboram no cotidiano para o mesmo.

Como em qualquer pesquisa, não é possível abranger e atender a todas as expectativas iniciais, mas ainda assim, é possível levar em conta que a mesma contribui para a noção de que a Arqueologia tem potencial pedagógico, não em um sentido colonizador, mas no sentido de trabalhar em “igualdade” com as comunidades locais, onde as mesmas participam na construção do conhecimento que não tenha uma hierarquia estabelecida, onde o pesquisador seja detentor de um conhecimento que as pessoas tenham necessidade de saber, mas sim, no caso de uma participação integrada, onde ambos possam ser ativos e respeitados na construção de conhecimento.

Este trabalho, ainda que com limites, pode contribuir para o pensamento sobre a educação, e de como a Arqueologia se relaciona com a mesma de diversas formas, considerando, portanto, seu potencial na construção de um senso de comunidade, que é parte integrante do conhecimento e que é capaz de atuar ativamente na construção de sua imagem como sociedade.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Alice (org.). A tradição Agreste: estudo sobre arte rupestre em Pernambuco. **Revista Clio**, Recife, v. 3, p. 7-78, 1986.
- ÁLVAREZ-GAYOU, J.J.L. (org.). **Cómo hacer investigación cualitativa**. México: Paidós Educador, 2004. 11 p.
- ANDRADE, Cilcail. Educação Patrimonial em Arqueologia: A dinâmica das práticas evidenciando redes de conhecimento. **Revista de Arqueologia**, v. 32, n. 2, p. 239-255, 2019.
- ARRIGUCCI JUNIOR, Davi; BRAGA, Rubem (org.). A pesquisa científica em educação. **Abril Educação**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 12-34, 1980.
- ARRUDA, Ana Margarida. A ocupação da Idade do Ferro da Alcáçova de Santarém no contexto da expansão fenícia para a fachada atlântica peninsular. **Estudos Orientais**, v. 4, p. 193-214, 1993.
- BARBALHO, Alexandre. Políticas culturais no Brasil: identidade e diversidade sem diferença. In: RUBIM, A. A. C.; BARBALHO, A. (org.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: Edufba, 2007. p. 37-60.
- BARRETO, Euder Arrais *et al.* **Patrimônio cultural e educação**: artigos e resultados. Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás, 2008.
- BATISTA, Eraldo Carlos; MATOS, Luís Alberto Lourenço de; NASCIMENTO, Alessandra Bertasi. A entrevista como técnica de investigação na pesquisa qualitativa. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, v. 11, n. 3, p. 23-38, 2017.
- BEBER, Bianca Ligabue da Fonseca Costa. **O papel do gestor na construção de uma escola de qualidade**. 2015. 110 f. Monografia (Especialização em Gestão Educacional) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.
- BEZERRA, Márcia (org.). "As moedas dos índios": um estudo de caso sobre os significados do patrimônio arqueológico para os moradores da Vila de Joanes, ilha de Marajó, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas**, Belém, v. 6, n. 1, p. 57-70, jan.- abr. 2011.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910). **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 03, p. 475-491, 2004.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Livro didático e conhecimento histórico**: uma história do saber escolar. 1993. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.
- BRANDÃO, Isabel Cristina. Políticas públicas em educação infantil. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 27., 2004, Caxambu, MG. **Anais [...]**. Caxambu: Anped, 2004.
- BUENO, Maria do Carmo Dias. População em Unidades de Conservação da Amazônia Legal: estimativas a partir da Contagem Populacional. **Dinâmicas**

Demográficas e Ambiente, Campinas, p. 85-103, 2001.

CHAGAS, Mário. Educação, museu e patrimônio: tensão, devoração e adjetivação. In: TOLENTINO, Átila Bezerra (org.). **Educação patrimonial: educação, memórias e identidades**. João Pessoa: IPHAN, 2013.

CISNEIRO, Daniela. Similaridades e diferenças nas pinturas rupestres de contorno aberto no Parque Nacional Serra da Capivara – PI. **Clio Arqueológica**, Recife, p. 17-25, 2011.

COLWELL, Chip; ALMEIDA; Rafael. "Arqueologia colaborativa não é o fim." **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, v. 34, p. 41-47.2020.

COSTA, Maria Clara. **Arqueologia pública: processos de origem e comunicação**. Portugal: Mescla, 2020

DELBONI, Henrique *et al.* **História do Piauí**. 3. ed. São Paulo: Scipione, 2012. 134 p.

DOMINGUES, Lourdes; FUNARI, Pedro Paulo. **Desafios da Arqueologia: Depoimentos**. Erechim: Habilis, 2009

EDITHE PEREIRA, 3., 2005, Pelotas. **Arqueologia e turismo na Amazônia: problemas e perspectivas**. Pelotas: Lepparq, 2005. 32 p.

ENDERE, Maria Luz; CURTONE, Rafael (org.). **Patrimonio, arqueología y participación: acerca de la noción de paisaje arqueológico**. Tandil: Conicet, 2003. 18 p.

FERNANDES, Tatiana Costa. **Vamos criar um sentimento?! Um olhar sobre a Arqueologia Pública no Brasil**. 2007. 211f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

FIGUEIREDO, Fábio Baqueiro. Reconstruções do passado na África Central: interfaces entre linguística, arqueologia e história. In: SILVA, Tatiana Raquel Reis; BARBOSA, Viviane de Oliveira (orgs.). **África e Afro-Brasil em Debate**. São Luís: Eduema, 2019. p. 141-169.

FLORENCIO, Sônia Rampim. **Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos**. Brasília, DF: Iphan, 2014.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. Arqueologia Brasileira: visão geral e reavaliação. **Revista de História da Arte e da Cultura**, n. 1, p. 23-41, 1994.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. Teoria e epistemologia do conhecimento arqueológico. **Revista Arqueologia Pública**, v. 9, n. 2, p. 1-2, 2015.

FUNARI, Pedro Paulo. **Teoria arqueológica na América do Sul**. Campinas: Unicamp, 1998.

FUNARI, Pedro Paulo; NOELI, Francisco Silva. **Pré-história do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime. **Turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

FUNARI, Pedro. **Arqueologia Pública e Patrimônio**. Criciúma: Unesp, 2015.

FUNARI, Pedro; CARVALHO, Aline de. “Arqueologia e patrimônio no século XXI”: as perspectivas abertas pela arqueologia pública. *In*: ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ARTE, 3., 2007, Campinas. **Anais [...]**. Campinas: Unicamp, 2007. p. 133-140. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/eventos/index.php/eha/issue/view/22>. Acesso em: 20 jan. 2024.

GASPAR, Meliam Viganó; RODRIGUES, Igor M. Mariano. Coleções etnográficas e Arqueologia: uma relação pouco explorada. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas**, Belém, v. 15, n. 1, p. 1-20, 2020.

GNECCO, Cristóbal. **Archaeology and historical multivocality**: a reflection from the Colombianmulticultural context. Londres: Routlege, 1999.

GUIDON, Niede; DELIBRIAS, Georgette. **Carbon-14 dates point to man in the Americas 32,000 years ago**. Brasília: Unesco, 1986.

HALES, Shelley. **Pompeii in the Public Imagination from its Rediscovery to Today**. Oxford: Oxford University Press, 2011.

HERBERTS, Ana Lucia; COMERLATO, Fabiana. **Patrimônio Arqueológico**: para conhecer e conservar. Material Didático para professores dos municípios de Araquari, Joinville e São Francisco do Sul. 2003. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Livro didático).

HIGMAN, Lauriane Bourgeon; Ariane Burke; Thomas. Earliest human presence in North America dated to the last glacial maximum: new radiocarbon dates from Bluefish Caves. **Plos One**, Canada, v. 12, p. 25-75, 2017.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. Educação Patrimonial. *In*: CONFERÊNCIA LATINO-AMERICANA SOBRE A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL, 1., 1991, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: [s.n.], 1991.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: Iphan, 1999.

IBAMA. **Estatística da pesca**. Brasília: MMA, 2008. 174 p.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. 2009. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 28 out. 2024.

IBGE. **Brasil**: grandes regiões e unidades da federação. 1991. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 23 set. 2023.

IPHAN. **Carta de Laussane**. 1990. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Lausanneu%201990.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2023.

JUSTAMAND, Michael. A arte rupestre pelo olhar da historiografia brasileira: uma história escrita nas rochas: revista de arqueologia publica. **Revista de Arqueologia Pública**, [s. /], v. 3, n. 1, p. 17-78, 2024.

LAHAYE, Christelle *et al.* Human occupation in South America by 20,000 BC: the Toca da Tira Peia site, Piauí, Brazil. **Journal of Archaeological Science**, v. 40, n. 6, p. 2840-2847, 2013.

LOWERY, Darrin L. et al. Late Pleistocene upland stratigraphy of the western Delmarva Peninsula, USA. **Quaternary Science Reviews**, v. 29, n. 11-12, p. 1472-1480, 2010.

LÜDKE, Menga. **Aprendendo o caminho da pesquisa: Novos enfoques da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 2004. p. 35-50.

MANZINI, Eduardo José. Uso da entrevista em dissertações e teses produzidas em um programa de pós-graduação em educação. **Revista Percursos**, p. 149-171, 2012.

MEDEIROS, M. C. de; SURYA, L. A Importância da educação patrimonial para a preservação do patrimônio. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza: Anpuh, 2009. 9 p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DINIZ, Debora; GOMEZ, Romeu (org.). O artigo qualitativo em foco. **Ciência & Saúde Coletiva**, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 298-329, out. 2016

MIRANDA, Sonia Regina; LUCA, Tania Regina de. O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD. **Revista Brasileira de História**, Campinas, v. 24, p. 123-144, 2004.

MOREIRA, Laine Rocha; SOARES, Marta Genú. Educação Superior no Brasil: discussões e reflexões. **Educação Por Escrito**, Brasília, v. 9, n. 1, p. 134-150, 2018.

MUNAKATA, Kazumi. O livro didático: alguns temas de pesquisa. **Revista brasileira de história da educação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 3, p. 179-197, 2012.

NEGREIROS, Ana Stela de Oliveira. **O Povoamento Colonial do sudeste do Piauí: Indígenas e Colonizadores, Conflitos e Resistência**. 2007. 120 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

NEGREIROS, Taíse Cristina Gomes Clementino de. A Educação enquanto direito: contribuições à reflexão das políticas educacionais na cena contemporânea. **Revista de Políticas Públicas**, v. 18, n. 1, p. 231-240, 2014.

OLIVEIRA, Ana Lúcia do Nascimento; ANDRADE, Juliana Alves de; ARAGÃO, Luiz Adriano Lucena. O conceito de Pré-história nos livros didáticos de História no Brasil. **PerCursos**, Florianópolis, v. 21, n. 47, p. 277-302, 2021.

OLIVEIRA, Eduardo Romero de. Arquitetura Industrial, patrimônio industrial e sua difusão cultural. **Arqueologia Pública e Patrimônio: Questões Atuais**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 197-226, dez. 2015.

OLIVEIRA, Jaime. **A Educação patrimonial como estratégia de Arqueologia Pública na área do Parque Nacional Serra da Capivara**. 2014. 60 f. TCC (Graduação em Arqueologia) – Universidade Federal do Vale do São Francisco, São Raimundo Nonato, 2014.

PALMA FILHO, João Cardoso. Parâmetros curriculares nacionais. **Nuances:**

Estudos Sobre Educação, Presidente Prudente, v. 3, n. 3, p. 15-19, dez. 1997.

PEREIRA, Costa. Análise de dados qualitativos aplicados às representações sociais. **Psicologia**, Vassouras, v. 15, n. 1, p. 177-204, dez. 2001.

PESSIS, Anne-Marie. Identidade e classificação dos registros gráficos pré- históricos do nordeste do Brasil. **CLIO Série arqueológica**, Recife, v. 1, n. 1, p. 835-68, 1992.

PESSIS, Anne-Marie; GUIDON, Niède. Serra da Capivara National Park, Brazil: cultural heritage and society. **World Archaeology**, v. 39, n. 3, p. 406-416, 2007.

QUEIROZ, Mario Augusto. **Blog investigação filosófica**. 2001. Disponível em: [http:// investigacao- filosofica.blogspot.com](http://investigacao-filosofica.blogspot.com). Acesso em: 23 ago. 2023.

RODRIGUES, Marian Helen da Silva Gomes *et al.* Cartografia social no território do Parque Nacional Serra da Capivara–PI: mapeamento participativo para retomada da territorialidade. **Revista CPC**, n. 24, p. 56-77, 2017.

RODRIGUES, Marian Helen da Silva Gomes. O Ensino do Patrimônio Cultural e a interface com as Políticas Públicas no Brasil: Um debate em Construção. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS CULTURAIS, 7. 2016, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: [s.n.], 2016.

RODRIGUES, Marian Helen da Silva Gomes. Weltweit: UNESCO-Welterbe Serra da Capivara: Uralte Felskunst in Brasilien. **Archaeologie in Deutschland**, n. 1, 2020. Disponível em: <https://www.aid-magazin.de/zeitschrift/einzelhefte-archiv/ jahrgang-2020/heft-12020/weltweit/unesco-welterbe-serra-da-capivara.html>. Acesso em: 10 abr. 2023.

RODRIGUES, Marian Helen da Silva Gomes. **Parque Nacional Serra da Capivara e comunidade: Educação, Preservação e Fruição Social: um estudo de caso em Coronel José Dias, Piauí- Brasil**. 2011. 139 f. Tese (Doutorado em Doutorado) – Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro, Tomar, 2011.

RUIBAL, Alfredo González. De la etnoarqueología a la arqueología del presente. *In*: BONET, Juan Salazar; DOMINGO-SANZ, Inés; AZKÁRRAGA, José Maria. **Mundos Tribales: una visión etnoarqueológica**. [S.l.: s.n.], 2008. p.16.

SANTOS, Alexa Fagundes dos; JESUS, Gabrieli Guterres de; BATTISTI, Isabel Koltermann. Entrevista semiestruturada: considerações sobre esse instrumento na produção de dados em pesquisas com abordagem qualitativa. **Salão do Conhecimento**, v. 7, n. 7, p. 1-5, 2021.

SCHEINER, Tereza Cristina. Repensando o Museu Integral: do conceito às práticas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas**, Bélem, v. 7, p. 15-30, 2012.

SCHIAVETTO, Solange Nunes de Oliveira. **A Arqueologia Guarani: construção e desconstrução da identidade indígena**. São Paulo: Annblume: Fapesp, 2003.

SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu. Educação Patrimonial: perspectivas e dilemas. *Antropologia e Patrimônio Cultural: Diálogos e Desafios Contemporâneos*. **Inhotim**, v. 3, n. 1, p. 21-34, out. 2007.

SOUTO, Maria Generosa Ferreira; BRANDÃO, Carlos Alberto Ferreira. Mito, ficção, tradição e modernidade: uma arqueologia das narrativas orais dos Vales do Jequitinhonha e do São Francisco. **Revista Litteris**, v. 9, n. 1, p. 39-53, 2012.

SOUZA, Camila Diogo de; DIAS, Carolina Kesser Barcellos. Arqueologia e Antropologia da agência: fundamentos da agência nos estudos da culturamaterial. **Revista de Arqueologia**, v. 35, n. 2, p. 208-226, 2022.

TAMANINI, Elizabete. **Museu arqueológico de Sambaqui: um olhar necessário**. 1994. 1994. 169 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

TEIXEIRA, Enise Barth. A análise de dados na pesquisa científica: importância e desafios em estudos organizacionais. **Desenvolvimento em questão**, v. 1, n.2, p. 177-201, 2003.

VAINFAS, Ronaldo; FERREIRA, Jorge; FARIA, Sheila de Castro; CALAINHO, Daniela Buono. **História.doc**. Rio de Janeiro Editora: Saraiva, 2023.

VARGAS-ARENAS, Iraida; SANOJA, Mario. Archaeology as a social Science: its expression in Latin America, *In*: POLITIS, G.; ALBERTI, B. (ed.) **Archaeology in Latin America**. London: Routledge, 1999. p. 57-73.

VASCONCELLOS, C. de M. A pré-história brasileira no livro didático. *In*: TENORIO, M. C.; FRANCO, R.C. (org). **Seminário para implantação da Temática Pré-história Brasileira no Ensino de 1º, 2º e 3º Graus**. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1994. p. 14-20

VIALOU, Denis et al. Peopling South America's centre: the late Pleistocene site of Santa Elina. **Antiquity**, v. 91, n. 358, p. 865-884, 2017.

VIVACQUA, Melissa; VIEIRA, Paulo Henrique Freire. Artigo: Conflitos socioambientais em Unidades de Conservação. **Política & Sociedade**, v. 4, n. 7, p. 139-162, 2005.

VOGT, Carlos; CERQUEIRA, Nereide; KANASHIRO, Marta. Divulgação e cultura científica. **Com Ciência**, n. 100, 2008.

YOUNG, Michael. Teoria do currículo: o que é e por que é importante. **Cadernos de pesquisa**, v. 44, n. 151, p. 190-202, 2014.